

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 164

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE JANEIRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 164

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Telegramas 03

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. José Domingos Scarpellini 06

Dep. Elio Rusch 08

Dep. Neivo Beraldin 09

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 09

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 07

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto..... 14

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 12

Liderança do PT

Dep. Tadeu Venri 16

Liderança do PFL

Dep. Elio Rusch 15

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia..... 19

Liderança do Governo

Dep. José Maria Ferreira..... 22

Liderança da Oposição

Dep. José Domingos Scarpellini 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão / Votação:

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Balancete Administrativo

Novembro/2006 28

DIÁRIO Nº 164

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

**REALIZADA EM
24 DE JANEIRO DE 2007**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelas Sras. Deputadas Elza Correia e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca,

Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Vanderlei Iensen (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Valdir Rossoni e Waldir Leite (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC Nº 010/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, solicitando a restituição da Mensagem nº 02/97. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº SEPL/COP nº 03/07, do Sr. Nestor Celso Imthorn Bueno, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações da Despesa ocorridas no 4º trimestre de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 11345764/MS/SE/FNS - valor de R\$ 552.775,28 - pagamento de incentivo para o fortalecimento da gestão em vigilância em saúde.

- Nº 11345765/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

- Nº 11345766/MS/SE/FNS - valor de R\$ 21.120,00 - pagamento de prótese dentária.

- Nº 11345883/MS/SE/FNS - valor de R\$ 112.617,39 - pagamento de gastroplastia.

- Nº 11345884/MS/SE/FNS - valor de R\$ 96.673,66 - pagamento de angioplastia endovascular.

- Nº 11345885/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.644.536,73 - pagamento de terapia renal substitutiva. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Governador Roberto Requião e ao Secretário Estadual de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, solicitando, em regime de urgência, envio de reforço permanente de contingente policial - Civil e Militar - carcereiros, escrivães, além de viaturas e equipamentos para ajudar no combate à aterrorizante violência urbana que vem tomando conta do município de Fazenda Rio Grande.

Em especial, nos últimos 13 meses. No ano passado, foram registradas 65 mortes violentas apenas no local da execução do crime, fora os que entraram em óbito após terem sido encaminhados aos hospitais ou que pereceram em outros locais. Apenas neste primeiro mês de janeiro o índice já atinge quatro mortes violentas. Sendo que das 69 mortes, nenhuma foi esclarecida ou teve o seu autor ou autores identificados e presos. Tudo isso coincidindo com o período em que a administração municipal tomou para si a responsabilidade da Segurança Pública na cidade, implantando a Guarda Municipal, cujo Secretário Municipal de Segurança é Caio Szadkoski, cunhado do Prefeito.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Neste dia 24 de janeiro de 2007, que antecede o aniversário do município que acontece amanhã, o presente foi mais um cidadão assaltado e assassinado quando trabalhava dirigindo um ônibus coletivo dentro da cidade de Fazenda Rio Grande. Uma tragédia anunciada por várias vezes por este Deputado. E daí a indignação e revolta tomaram conta da população da Fazenda Rio Grande que - milhares de pessoas - saíram às ruas - fecharam a BR-116 para protestar e cobrar das autoridades competentes um basta nesta escalada da violência que tomou conta da cidade nos últimos treze meses,

quando foram registrado 69 assassinatos apenas nos locais do crime - 65 mortes no ano passado e mais quatro assassinatos nos últimos 24 dias, sem que a polícia tenha conseguido desvendar qualquer um desses crimes, isso somando aos mais de 1600 inquéritos policiais que estão parados na Delegacia da cidade.

O alerta da violência que vem eclodindo na Fazenda Rio Grande feita por este Deputado é de longe, inclusive cobrada de forma sistemática, quando, inclusive, já foi solicitado por este Deputado, junto ao Governo do Estado um contingente policial, PMs e Civis, viaturas, equipamentos, escrivães e carcereiros, que representem pelo menos a metade da estrutura daquela disponível em Cornélio Procopio, onde abriga cerca de quarenta mil habitantes, praticamente a metade da população da Fazenda Rio Grande, hoje com cerca de oitenta mil fazendenses. Este Deputado há tempo vem expedindo requerimento para as autoridades estaduais alertando para a violência na Fazenda Rio Grande, mas em contrapartida o Prefeito da cidade, para proteger a sua incompetência, utiliza a mentira para iludir e mascarar a verdade dos fatos junto ao Governo do Estado.

E por coincidência, desde a implantação da Guarda Municipal e da posse do seu cunhado na Secretaria Municipal de Segurança Pública, a escalada de violência na cidade vem se tornando insuportável, com mortes, assaltos, pedágios cobrados por gangues, arrombamentos e crimes de toda ordem.

A população da Fazenda Rio Grande não aguenta mais. A revolta está nas ruas e nos rostos dos cidadãos. O Prefeito mostrou-se incompetente para gerir a segurança. É preciso uma urgente intervenção do Estado para dar um basta definitivo nesta situação de violência na cidade.

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 24 de janeiro (quarta-feira), em Comissão Geral para votação da Mensagem nº 003/07, Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, face à Lei nº 15.300/06.

Sala das Sessões, em 23.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Nelson Garcia, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Francisco Bühner, Pedro Ivo Ilkiv, Jocelito Canto, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Alexandre Curi, Vanderlei Iensen, Luiz

Nishimori, Carlos Simões, Elza Correia, Elton Carlos Welter e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de janeiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 056-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações:

- relacionar as licitações promovidas e homologadas pelo Governo do Estado nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

- especificar em quais dessas licitações homologadas o certame teve apenas um licitante concorrendo.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações:

- cópia das contas do município de Curitiba dos dois últimos exercícios do Prefeito Cássio Taniguchi, já aprovados;

- cópia das contas do município de Curitiba, já aprovadas, do Prefeito Beto Richa;

- cópia dos relatórios e dos pareceres daquele Tribunal de Contas referentes às contas acima citadas.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações:

- qual o montante de recursos gastos com pagamento de pessoal no Tribunal de Contas do Estado do Paraná?

- Relacionar todos os cargos de chefia e de provimento em comissão com a respectiva remuneração.

- Foram pagos aos servidores do TCE verbas provenientes de diferenças salariais relativas aos planos Bresser e Collor?

- Em que data foi determinado o pagamento?

- Como ele ocorreu? De forma única ou parcelada? De forma idêntica a todos os servidores?

- Qual o montante de recursos gastos para este pagamento?

- Estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias?

- Havia ação judicial que autorizasse tal pagamento?

- Foi feito em face de precatório?

- Relacionar os valores pagos a cada um dos servidores do TCE relativamente a estas diferenças.

- Existem servidores cedidos ao TCE provenientes de outros órgãos públicos? Relacionar os servidores, o cargo ocupado, a remuneração paga bem como a atividade desempenhada e o local de prestação de serviço.

- Qual o montante de gastos com despesas de viagem pelos membros do TCE nos anos de 2003 a 2006?

- Como são autorizadas tais viagens, a que se destinam?

- Como é feito o pagamento de diárias? Qual o montante gasto em 2005 e em 2006, demonstrando os valores totais e individuais.

- Que despesas estão sendo computadas a título de despesas com pessoal, apenas servidores ou estão incluídos serviços de terceiros?

- Havendo serviços de terceiros, qual o custo destes serviços, qual a sua natureza, onde são executados e como se deu a contratação. Relacionar os contratados e o valor dos respectivos contratos.

- Existem estagiários remunerados pelo TCE? Informar a relação destes estagiários, em que curso superior estão matriculados. Qual o critério de seleção destes estagiários. Existem relação de parentesco entre os estagiários e os membros do TCE?

- Existem parentes de membros ocupando cargos em comissão?

- O TCE utiliza cartão corporativo? Em caso afirmativo, como foi contratada a operação? Qual o montante de gastos totais e individuais no ano de 2005 e 2006?

- Por qual instituição bancária tramita a movimentação financeira do TCE desde 2002? Houve troca de instituição?

- De que forma ocorreu? Foi realizada licitação?

- Houve pagamento de bônus em face da troca? Como foram utilizados os recursos?

- O TCE utiliza carros alugados? De que forma foram contratados? Quem os utiliza? Relacionar os carros bem como anexar os contratos firmados.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações:

- de acordo com informações, o montante gasto na espécie Pessoal e encargos no exercício de 2006 foi de cerca de R\$ 248.777 milhões, todavia o limite para despesa de pessoal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é de R\$ 227.339 milhões. O excesso no gasto vem ocorrendo desde muito. Qual a justificativa para o descumprimento do limite?

- Que medidas estão sendo realizadas para conter este aumento que se observa ano a ano? Que órgão é o responsável pela elaboração do orçamento em especial no que se refere às despesas de pessoal?

- Por que motivo o empenho da despesa de pessoal não é feito de forma global?

- Relacionar no ano de 2006 todos os valores pagos a cada um dos servidores do MP informando o cargo ocupado.

- Foram pagos aos servidores do Ministério Público verbas provenientes de diferenças salariais relativas aos planos Bresser e Collor?

- Em que data foi determinado o pagamento?

- Como ele ocorreu? De forma única ou parcelada? De forma idêntica a todos os servidores?

- Qual o montante de recursos gastos para este pagamento?

- Estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias?

- Havia ação judicial que autorizasse tal pagamento?

- Foi feito em face de precatório?

- Relacionar os valores pagos a cada um dos servidores do Ministério Público relativamente a estas diferenças.

- Existem servidores cedidos ao Ministério Público provenientes de outros órgãos públicos? Relacionar os servidores, o cargo ocupado, a remuneração paga bem como a atividade desempenhada e o local da prestação de serviço.

- Qual o montante de gastos com despesas de viagem pelos membros do Ministério Público?

- Como são autorizadas tais viagens, a que se destinam?

- Como é feito o pagamento de diárias? Qual o montante gasto em 2005 e em 2006, demonstrando os valores totais e individuais.

- Que despesas estão sendo computadas a título de despesas com pessoal, apenas servidores ou estão incluídos serviços de terceiros?

- Havendo serviços de terceiros, qual o custo destes serviços, qual a sua natureza, onde são executados e como se deu a contratação. Relacionar os contratados e o valor dos respectivos contratos.

- Existem estagiários remunerados pelo Ministério Público? Informar a relação destes estagiários e em que curso superior estão matriculados. Qual o critério de seleção destes estagiários? Existe relação de parentesco entre os estagiários e os membros do Ministério Público?

- Qual o critério para pagamento de gratificações aos servidores do Ministério Público?

- Qual o montante gasto? Quem recebeu?

- Relacionar os cargos em comissão do Ministério Público do Paraná.

- Existem parentes de membros ocupando cargos em comissão?

- O Ministério Público utiliza cartão corporativo? Em caso afirmativo como foi contratada a operação? Qual o montante de gastos totais e individuais nos anos de 2005 e 2006?

- Existem diversas denúncias e procedimentos investigatórios junto ao Conselho Nacional do Ministério Público relativos ao Ministério Público do Estado do Paraná. Qual o objeto de tais procedimentos investigatórios e qual a resposta fornecida pelo Ministério Público do Paraná?

- Anexar a prestação de contas do MP dos últimos cinco anos, com o relatório e pareceres do Tribunal de Contas.

- Que medidas foram tomadas pelo Ministério Público em relação à desaprovação pelo Tribunal de Contas do Estado, das contas do judiciário, em especial as relativas à construção do anexo e das verbas recebidas do Banco Itaú?

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Qual o teor das denúncias recebidas pelo Ministério Público do Paraná referentes à CPI dos Jogos da Natureza. Relacionar e anexar cópias dos documentos.

- Que providências foram tomadas pelo MP em consequência dos fatos apurados na referida CPI. Se foram abertos inquéritos provisórios; qual o resultado desses inquéritos e se foi ajuizada alguma ação. Anexar documentação.

Sala das Sessões, em 24.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bendito sois vós entre as mulheres. Com essas palavras, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós começamos aqui o nosso pronunciamento desta tarde.

Ontem fui procurado pelo Deputado Tadeu Veneri que me fez uma colocação a respeito de uma perseguição que está sendo praticada contra cinco jovens aqui da Região Metropolitana de Curitiba, e que dois deles já teriam inclusive sido vítimas de ação da própria polícia. E eu vejo ali agora uma faixa que está pedindo pela liberdade do Silas, do Éderson e do Gustavo. Não com certeza, mas acreditamos que seja o mesmo caso, que estão debitando a estes jovens prática de um crime que não lhes é devida. E assim sendo, Sr. Presidente, eu gostaria de antecipar que a Comissão de Direitos Humanos amanhã, se puder contar com a presença do Deputado reclamante, vai fazer uma inspeção e uma visita onde estão recolhidos os jovens para ouvi-los e para depois encaminhar um parecer para que tanto o Ministério Público da área quanto a justiça criminal da jurisdição onde estão presos, ou por onde corre o referido inquérito policial, realmente possa fazer justiça, porque não podemos admitir que uma pessoa venha a ser responsabilizada por crime não cometido por ele, ou por eles no caso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazendo coro ao Deputado Jocelito Canto, que vem já há algum tempo clamando por uma justiça tardia, eu gostaria de neste momento, Deputado Jocelito Canto, dizer que se encontra no meu gabinete aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Meirinho, também conhecido como oficial de Justiça, para proceder a minha citação sobre uma irregularidade que teria sido praticada por mim junto à Prefeitura de Apucarana, quando lá em parceria com o Governador Álvaro Dias e o Secretário de

Meio Ambiente do Paraná à época, o hoje Governador Roberto Requião de Mello e Silva, construímos um parque ecológico chamado Parque Ecológico da Raposa. Neste parque houve lá uma desapropriação de uma área de três alqueires que, os proprietários não satisfeitos com o valor que a Prefeitura havia depositado em juízo, por avaliação judicial, recorreram na justiça.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PP/PSB

Assim sendo, este Deputado que está aqui falando era o Prefeito da cidade de Apucarana que, atendendo a um conjunto de interesses da época administrativo, juntamente com o Governador Álvaro Dias e o Secretário do Meio Ambiente da época Roberto Requião, procedemos o depósito da área em questão. A justiça fez a avaliação e depositamos em juízo o valor avaliado pela justiça. Para, logo em seguida, dentro do processo de desapropriação dessa área, praticarmos um ato em comum acordo com a própria justiça que homologou o acordo praticado no processo, de desapropriação judicial. Os proprietários receberam aquilo que tinham direito e nós, na qualidade de Prefeito, pagamos em juízo o valor acordado na justiça.

Muito bem, um promotor público da época não satisfeito com o acordo feito em juízo, a pedido dos adversários políticos lá de Apucarana, ingressou com uma ação criminal contra este Deputado que está aqui falando. Respondi o procedimento criminal durante doze, treze anos.

Ao final, as perícias feitas pelo juiz que estava para me julgar, concluíram que os valores que havíamos pago era inferior ao valor praticado pelo mercado imobiliário de Apucarana, conforme os atestados juntados pelos peritos designados pela Justiça Criminal de Apucarana.

O juiz me absolveu; o promotor recorreu; o Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a minha absolvição. E, eis que agora chegou no meu gabinete o Meirinho para me citar de uma ação cível pública de ressarcimento ao erário por ato de improbidade administrativa, com pedido de seqüestro de bens, praticado pelo Ministério Público lá da minha cidade de Apucarana, onde o promotor que pede o seqüestro dos meus bens, nada mais é que aquele mesmo promotor que me deu voz de prisão no hotel. Esse promotor, há um ano e meio, por não ter gostado da conversa minha com o porteiro do hotel que é meu amigo, me deu voz de prisão. Agora esse mesmo promotor entra com uma ação cível pública pedindo o seqüestro e a indisponibilidade dos meus bens e fala aqui: “quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. José Domingos Scarpellini, impedindo o mesmo de praticar negócios enquanto pender o seqüestro dos seus bens”.

Quebra de sigilo telefônico nós já tivemos. O único telefone que eu uso, que me pertence, que me sinto um pouco dono dele é o telefone público. Então, se ele quer quebra de sigilo dos telefones vai ter que quebrar os telefones públicos.

Vejam bem senhores: esse Promotor - Dr. André Delgrossi Assunção - eu entrei com uma ação no Ministério Público contra ele, pedindo que ele fosse responsabilizado pelo tamanho da arbitrariedade que fez quando deu voz de prisão a este Deputado, chamando três viaturas da Polícia Militar para me prender, na recepção do Hotel Apucarana Palace. Agora, esta mesma pessoa, numa retaliação, comparece praticando outra ação contra mim. Isso é um insulto ao direito, aos advogados, ao estado de direito em si, porque é uma ditadura imposta pelo Ministério Público que quem discordar dele, quer em pequenas ou grandes coisas, corre o risco de ser processado, ter os seus bens seqüestrados e o sigilo quebrado.

Eu, realmente, fico, mais uma vez, estarrecido. E, neste final de mandato, não poderia deixar...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Scarpellini?

(Assentimento)

Mas essa ação civil que V. Exa. está citando é do mesmo caso da criminal?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É o mesmo caso.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas não está prescrita já?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É nisso que quero chegar agora.

Vejam os senhores: fui absolvido na ação criminal que foi movida pelo mesmo Ministério Público de Apucarana, em 2002, em que fui absolvido lá e depois aqui pelo Tribunal de Justiça, onde os Desembargadores confirmaram a sentença de Apucarana onde diz que o valor pago era inferior ao praticado no mercado, que o município levou uma vantagem muito grande ao fazer aquela negociação. O Tribunal confirmou essa sentença de primeira instância e, mesmo com essa sentença que diz que eu, o Prefeito de Apucarana, paguei menos do que valia, que o município levou vantagem, agora, o Ministério Público está com essa ação propondo a minha responsabilização civil.

Ora, é evidente que isso vai cair por terra, não vai prosperar, porque eu vou juntar o acórdão aqui - não me lembro qual turma do Tribunal de Justiça que me absolveu - e juntando o acórdão, onde relata item por item, vou comprovar a minha inocência.

Quero saber quem é que vai ser responsabilizado pelo dano moral causado por essa ação impensada e

infantil do Ministério Público contra a minha pessoa. Um fato que se olharmos, ele...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Um minuto para que V. Exa. possa concluir.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Scarpellini, permite um aparte?

(**Assentimento**).

Deputado Scarpellini, só para contribuir com V. Exa., embora temos um respeito enorme pelo Ministério Público. É uma instituição respeitosa no Brasil e é muito importante para o povo brasileiro. Mas, quero dar um exemplo que ocorreu na minha cidade em Foz do Iguaçu: um promotor público da cidade fez um ofício para o Dobrandino como Prefeito da minha cidade, pedindo se a Prefeitura poderia disponibilizar uma secretária para auxiliar o Ministério Público. E como a Prefeitura empresta funcionário para o Detran, para o Fórum, enfim, mandei a funcionária através do ofício que ele mandou. Passados seis meses o mesmo promotor instalou um processo contra o Dobrandino, Prefeito, por desvio de função. Para ver a arbitrariedade do "animal". E o juiz vendo a ignorância e a picaretagem dele arquivou o processo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o seu aparte. É mais ou menos o que está acontecendo comigo. O que aconteceu com o Deputado Jocelito não é diferente também porque é a aplicação do exagero da lei que muitas vezes não é aplicado nas corporações, até na própria corporação do Ministério Público, mas que é praticado contra determinados agrupamentos de pessoas da sociedade. E, principalmente contra Vereadores, Deputados, Prefeitos, que estão sempre na vitrine, no espelho e que têm o dever até de vir aqui alertar sobre esses casos. O Ministério Público não pode deixar isso persistir, continuar sob pena de se desmoralizar, porque o Ministério Público não pode ser uma fábrica, uma indústria de processos contra quem quer que seja para atender a vontade ou então a vaidade de determinados membros da sua composição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, Deputado Elio Rusch no Pequeno Expediente.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Na verdade não iria usar o Pequeno Expediente e apenas o horário da Liderança do PFL, mas, diante da leitura feita pelo 1º Secretário da Sessão de hoje, em relação ao Expediente nº 010/07, oriunda do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, retirando a mensagem por ele enviada a esta Assembléia, criando a

Região Metropolitana de Cascavel. E é isso que constava na mensagem governamental.

Após ampla discussão aqui na casa, depois na CCJ e em outras comissões também, e ontem no Plenário aqui da Assembléia o Governador resolveu retirar essa mensagem.

Pois bem, Deputado Luiz Carlos Martins, vamos entender a mensagem do Governador Roberto Requião. A mensagem que veio a esta Casa tem o objetivo de criar a Região Metropolitana de Cascavel, incluindo quase todos os municípios com exceção do município encostado a Cascavel, que é Corbélia. Fica distante 20 quilômetros de Cascavel. Não estava incluso o município de Cafelândia, Guaraniaçu e alguns outros municípios também que pertencem mais para o centro do nosso Estado. De Cascavel para o lado leste não estava incluso.

Apresentou-se uma emenda. Primeiro os Deputados de Foz do Iguaçu lutaram para que fosse apresentada uma emenda criando também a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. Os Deputados de Toledo entenderam que deveriam criar a Região Metropolitana desta. Por fim os Deputados de Foz, como Toledo, entenderam que deveria se criar a Região Metropolitana do Oeste. Qual é a diferença, Srs. Deputados, dessa emenda apresentada na CCJ e com voto separado do Deputado Reni Pereira da mensagem original? Apenas a nomenclatura. A mensagem governamental dizia: a Região Metropolitana de Cascavel muda-se para Região Metropolitana do Oeste e a inclusão de alguns municípios. Se na mensagem governamental estava incluso Foz do Iguaçu, que ao meu ver tem uma característica totalmente diferente de Cascavel no setor econômico, mas na mesma mensagem o Governador ter incluído os municípios de Guaíra, Terra Roxa, mas não havia incluído os municípios de Ibema e Corbélia, que estão encostados, limítrofes de Cascavel e não estavam inclusos, essa emenda veio corrigir isso aqui.

Eu entendo e sei também que uma Região Metropolitana, quando você a cria, tem que ter objetivos iguais. Criando uma Região Metropolitana de cinquenta municípios, poderá ter problemas? Poderá causar problemas. Entendo que o Governador retirou essa mensagem muito mais para corrigir um erro, que o próprio Governo tinha cometido na mensagem original - esperamos que depois esses fatos sejam corrigidos. Mas já que chegamos nessa situação - Deputado Zucchinho - que preside essa Sessão, temos que ter um amplo debate com os Prefeitos da Região Oeste, envolvendo os Prefeitos, as Câmaras Municipais, com a Amop, que envolve todos os Prefeitos, com a Camop, que envolve todos os Vereadores e a Cassiopar - Confederação das Associações Comerciais do Oeste, para ver se realmente é o objetivo do Prefeito de Céu Azul, ele querer, a Foz do Iguaçu, ou a Cascavel, ou nenhuma cidade. Não podemos fazer uma lei agora que vem de cima para baixo. Vamos fazer um debate com a sociedade.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, no Pequeno e no Grande Expedientes.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados, eu estou subindo à tribuna para fazer um breve relato do nosso trabalho, durante esses vinte anos que permanecemos aqui atuando em favor do povo do nosso Estado e defendendo com muito amor a bandeira do Parlamento do nosso Estado. Esse breve relato mostra quando fui Presidente da Comissão do Meio Ambiente. Uma das ações que mereceram destaque foi exatamente contra as fundações que as OSIPs, ONGs, instaladas no Estado recebendo grande volume de recursos públicos, não só do Paraná, como da União Federal. Para não me alongar, citarei apenas a SPVS, que recebeu dinheiro para plantio de mata ciliar e não plantou no litoral, a cozinha comunitária no Bairro Alto em Antonina não foi realizada, o plantio de ervas medicinais, onde exatamente naquele local tem hoje grama, porque jamais foi cumprido o convênio com o Governo Federal e não foram menos de dez milhões de reais.

Tive uma atuação também em 2001, quando realizamos nesta Casa, enquanto presidia a Comissão de Meio Ambiente, o 1º Seminário Nacional sobre Seqüestro de Carbono. Esse Seminário resultou neste livro, que está à disposição das Universidades e da nossa Casa. O que é o seqüestro de carbono?

Aqui estive o Ministério da Agricultura, aqui estive a Embrapa, aqui estiveram representantes do Banco Mundial, aqui estiveram cientistas especializados no Tratado de Kyoto, que revela aqui certamente alguma coisa que hoje está virando moda na televisão, nos jornais e no Mundo inteiro. Criei a Lei do ICMS Ecológico, pioneira no Brasil. Essa lei já distribuiu mais de um bilhão e trezentos milhões de reais aos municípios paranaenses que preservam o nosso meio ambiente - recebem uma compensação financeira. Tivemos um salto de 52 municípios que possuíam áreas de preservação permanente, para hoje mais de 230 municípios. Hoje a lei foi copiada por treze Estados do Brasil até aqui e o IBGE, em recente pesquisa, atestou ser a lei que mais investe em meio ambiente no País, dedicando nessa pesquisa oito páginas, para orgulho deste Deputado e para orgulho desta Casa.

Preocupado com o meio ambiente, criei a Lei da Frota Verde, onde determina que o Estado ou todos veículos público sejam movidos a combustível renovável, para evitar o efeito estufa. A lei que proíbe o uso do CFC, cloro flúor carbono, substância que ataca a camada de ozônio, é lei hoje no Estado, e de nossa autoria.

Criei a lei que proíbe as empresas que dependam de licença ambiental para se instalarem no Estado, que ao

deixarem as suas atividades, tenham que apresentar uma certidão da Secretaria do Meio Ambiente ou do IAP, explicando que não deixou a empresa um passivo ambiental para ser recuperado pelo Estado. Mais uma vez volto aqui nesse assunto ambiental, com mais este livro: "História de um Brasil Real". Esse é o assunto da mineradora Plumbum do Brasil, do município de Adrianópolis. Exploraram o ouro e a prata durante muito anos, em conluio com as autoridades da época, deixaram uma cidade cercada por chumbo, muitas e muitas crianças morreram contaminadas com alto índice de chumbo no sangue e houve inclusive um relato, onde um médico diz que havia duas pessoas dentro da mineradora simplesmente para fazer os caixões para enterrar os "anjos". Esse livro é interessante para quem gosta de ver as injustiças que se cometem dentro deste País.

Passa a usar o Horário do Grande Expediente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui Relator das Universidades Estaduais, relatei lá inúmeros casos de corrupção, até mesmo relatos perante uma acareação de Reitor e Vice-Reitor, dizendo que obrigavam um funcionário a adulterar as receitas para poder repassar recursos para a formação de pós-graduação dos referidos Reitores e Vice-Reitores - aí eu incluo a UEL, a de Ponta Grossa, também a de Campo Mourão e outros.

Fui Presidente da Comissão Especial de Investigação do Navio Vicunã, onde tive a honra de contar com a participação do Deputado Ailton Araújo, do Deputado Artagão de Mattos Leão, do Deputado Stica, e do Deputado Leite. Nós fizemos um trabalho magnífico, porque após onze dias daquele acidente nem a operadora, nem a seguradora, ninguém queria assumir a responsabilidade ambiental - e o óleo que está até hoje contaminando os nossos mangues, um prejuízo sem precedentes na história do nosso Estado, da história ambiental - e nós lá estivemos, fizemos com que a operadora e a seguradora assumissem, pelo menos parcialmente, aquele dano ambiental. Foi um trabalho maravilhoso.

Comissão Permanente de Fiscalização, atuação em diversas investigações. Expedientes. Olhem e reparem bem, os que estão presentes se puderem não interferir no pronunciamento, os visitantes.

Então, vejam bem, eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. Prestem atenção. Em 2005, nós enviamos aos Órgãos Públicos do Estado 109 requerimentos investigatórios. Em 2006, 234. Somando, então, 343 processos de investigação junto ao Executivo Estadual, Ministério Público, Tribunal de Justiça, assim como os poderes determinados na Constituição dão à Comissão de Fiscalização e Controle.

Análise das contas do Governo do Estado do Paraná: 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, constatando problemas de investimento numa desordem orçamentária absolutamente característica do nosso Estado. O Orça-

mento aprovado por esta Casa vira um processo de ficção. E aí o Executivo faz verdadeiramente o que quer por falta de uma fiscalização constante daqueles que têm a responsabilidade, que somos todos nós.

Investigação da aplicação de recursos da Sanepar e da Copel junto ao Banco Santos. Alguém lembra que nós fizemos várias audiências públicas com a Fundação Copel e com a Fundação Sanepar, onde verificamos investimentos na ordem de trezentos milhões de reais, onde então a Auditora Kroll dizia que o investimento era de alto risco. E quando houve um fax, um e-mail, do então Presidente determinando a aplicação no valor máximo para que o Estado tivesse até aqui consagrado o prejuízo real em mais de 37 milhões de reais, fora os trezentos que dificilmente recuperarão.

Investigação do consórcio entre a Copel e as empresas privadas. Vejam, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Stica lembra bem, era líder do Governo, a Copel queria promover uma parceira com uma empresa que tinha mil reais de capital e ainda com certidão positiva para trinta anos de concessão da rede de Cascavel-Foz do Iguaçu, Cascavel-Cianorte. Nós, de maneira pública tornamos nula aquela intenção que persistia perante os Diretores da Copel.

A investigação da UEG com relatório esclarecendo que o negócio da compra da UEG não é bom negócio. Eu gostaria que alguém afirmasse que é um bom negócio, documentalmente e verificando, *in loco*, a situação. Mas também é preciso compreender que o Governo passado, anterior ao Governo Requião, foi lá e acendeu a luz daquela usina simplesmente para torná-la questionável na Justiça pelos investidores.

Fiscalização, dentro da competência da Comissão de Fiscalização e Controle, do Tribunal de Contas e dos Tribunais de Contas Municipais, porque a Comissão de Fiscalização e Controle tem poderes para requisitar, a qualquer momento, do Tribunal de Contas da fase em que se encontram todas as contas dos municípios do Estado do Paraná. Para isso é preciso ter acompanhamento técnico e boa vontade para o trabalho.

Análise dos documentos enviados ao Ministério Público das obras realizadas pela Sanepar, através da Pavibrás no litoral paranaense. Sras. e Srs. Deputados, a licitação foi vencida por sessenta milhões de reais, o Estado já pagou 109 milhões de reais mas a obra sequer está perto de ser concluída! Está muito longe, num conluio que me parece bastante amplo e que aí participa também o Tribunal de Contas e eu peço então que o Ministério Público passe a agir diante dessa situação.

Envio ao Ministério Público de 732 contratos de transporte intermunicipal de passageiros, 732 contratos vencidos e prorrogados contra a Lei nº 8666. Existe um monopólio no Estado e ninguém vê! Se quiserem viajar para o litoral procurem a Graciosa, e assim vai, os Campos Gerais, Norte do Paraná e Oeste do Estado. Além do que hoje, basicamente, se ganha mais no transporte da

bagagem do que na passagem. O que é que tem por traz disso que ninguém age?

Acompanhamento das despesas com publicidade e propaganda: a Comissão de Fiscalização não esteve ausente, muito pelo contrário. Para ilustrar eu cito apenas o jornal Folha de Londrina que em pouco tempo, no Governo passado, recebeu 22 milhões de dólares! Indagados para justificar a aplicação dos recursos recebidos e o custo responderam, quando não tinha mais o que responder, dizendo que a empresa tinha sofrido um grande incêndio.

Investigação de denúncia enviada ao Ministério Público sobre o IPEM. O IPEM sofreu auditoria da Comissão de Fiscalização e Controle dessa Casa porque contratou OCIPS, UEG, organizações não governamentais onde repassou recursos. E isso está na mão do Ministério Público do Estado enviado por esta Comissão, que tenho a honra de presidir. Investigação iniciada sobre investimento nas APAEs do Estado do Paraná. Prestem atenção, solicitado das Secretarias do Governo investimentos feitos para organização não governamental aparece aí algumas diferenças entre um município e outro das APAEs. Perguntando o que foi que aquele município recebeu para justificar aquela verba, não vem a justificativa de o que foi que a APAE recebeu. Mas vem a prestação de contas e onde o Estado gasta em torno de 84 milhões de reais por ano nesse setor, acho até que deveria gastar mais, mas é preciso que os dirigentes comprovem a boa aplicação do dinheiro público.

A Comissão solicitou do Paraná Previdência os cem maiores salários ou pensões, ou enfim as cem pessoas que mais recebem recursos de aposentadoria.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, fala-se muito da classe política, mas temos aqui aposentadoria, por exemplo: um delegado de polícia, 24 mil e quinhentos reais; agente profissional, 24 mil e quinhentos reais; ministério público, 24 mil 332 mais 27; Tribunal de Justiça, 23 mil 720 mais 76. Então, os cem maiores são: Coronel da Polícia Militar, 24 mil e quinhentos reais de aposentadoria. Há pensionista aqui recebendo desde 1942 e 43, 27 mil reais, faltando apenas cinco centavos para cinco reais para 27 mil reais. Se fala muito dos nove mil reais do salário de um Deputado Estadual, mas se esquece de analisar o Paraná Previdência que até 2017 estará comprometida tendo em vista os altos salários de aposentadoria. E as aposentadorias não vêm do lavrador, nem do trabalhador do campo e nem da cidade. Vêm das altas autoridades.

Aqui, outra investigação da maior importância que a Comissão que presido, de Fiscalização e Controle trabalhou. Sabem que estou falando do antigo IPE, do atual SAS que gasta 82 milhões por ano para dezesseis hospitais e que a licitação ocorreu em 2002 e que foi sendo prorrogado por aditivos. O Hospital Evangélico recebe perto de oito milhões de reais por mês para atender os funcionários do Estado da ativa e dos aposentados. Por que estes hospitais terceirizaram para menores hospitais e

onde quase sempre aqueles que procuram o serviço do SAS acabam na mão do SUS.

Agora vou falar um pouco da CPI do Banestado que tive a honra de presidir. Começo dizendo que nós obtivemos 32 provocações na Justiça Federal. Das 32, fomos atendidos exatamente nas 32. Primeiro, a quebra do sigilo das Auditorias do Banco do Estado, de 1990 a 2000. Segundo, a quebra de sigilo do Banco Central. E nós constituímos uma equipe técnica multidisciplinar que analisou todas essas Auditorias, mostrando um retrato do Banco, de 1990 a 2000. Aí, o Governador Jaime Lerner, ao assumir o Governo em 1995, escreveu ao Banco Central “o Banco do Estado do Paraná é perfeitamente equilibrado. Tem 303 milhões de Passivo positivo. Portanto, é do interesse do Estado do Paraná, para o desenvolvimento da nossa economia”. Assinado pelo Governador. A carta está disponível para quem quer que seja.

Aí começou a história do Banco. É verdade que o Banco havia dado alguns furos anteriormente. Um furo razoável foi o “Panela Cheia” e o “Bom Emprego”. Outros, foram empréstimos a empresas que não tinham garantias reais para pagar o Banco, mas o Banco era um Banco saudável.

Vamos tratar da CPI do Banestado que eu vou relatar aos senhores. Nós dividimos a CPI em quatro módulos. Vamos começar pelo módulo da CC5, ou seja, a lavanderia, o chamado Banestado, onde em 1993, na Agência XV de Novembro, o primeiro gerente que fez operações de remessa de dinheiro ilegal para o exterior, chamava-se Heraldo e o Banestado, simplesmente fez a remessa de mais de cem bilhões de reais, servindo num corredor para os paraísos fiscais. Nesta semana eu estive em Gran Caymann. Gran Caymann é uma ilha que pertence à Inglaterra, uma pequena cidade. Lá existia um braço do Banco do Estado. Exatamente lá onde foi a última operação do Banco, onde já tinha as atividades encerradas, o Diretor da área internacional emitiu um fax para o gerente, liberando para quatro empresas do Paraná, mais de cinco milhões de dólares, sem sequer que tivessem assinado uma duplicata. Esses empresários que receberam esse dinheiro, circulam diante do Poder como se fossem “gente boa” e ainda “me dão de dedo”: o senhor não devia ter revelado aquilo.

Minhas senhoras e meus senhores, o povo do Paraná, pela questão do Banco do Estado está pagando mais de cinquenta milhões de reais, em prestação, até março de 2029. Daria para construir quatro mil casas populares por mês ou comprar três mil carros para atender à segurança, à precária segurança, por omissão ou por falta de parceria do Poder Legislativo, do Poder Executivo. Nós podemos entender claramente, os Governos constituem a maioria muito rápido na Casa e aí, o povo paga a conta. O povo só tem uma razão para votar para o Parlamento, ou duas: primeiro, para que ele fiscalize a boa aplicação do dinheiro público e segundo, para que ele crie boas leis para interesse da nossa sociedade. Então, o Banestado foi assim: CC5.

Aí, teve a questão do saneamento do Banco. Chegou-se a um rombo na época, de cinco bilhões e tanto. O Governo Estadual foi lá e contraiu o empréstimo do Governo Federal. Pagou todas as dívidas do Banco, saneou todo o Banestado Leasing, um bilhão de prejuízo, a Banestado Corretora, trezentos milhões de prejuízo. Tudo foi jogado para baixo do tapete e socializaram a conta para que o povo pagasse.

A CPI revelou isso, e não só revelou isso como tornou público o livro “História sobre Corrupção e Ganância”, que encontra-se nas livrarias. É o livro, talvez, dos mais vendidos dos editados no Estado do Paraná. Aqui conta toda a história e todos os nomes de quem deu o dinheiro para quem não devia dar. E quem pegou o dinheiro e não pagou, do Banco do Estado. Esse é um ato de coragem, esse é um ato de amor em defesa do povo paranaense.

Graças a Deus, ao encerrar os meus 24 anos de vida pública, posso trazer a V. Exas., a informação que jamais respondi algum processo perante a justiça paranaense ou brasileira. Jamais fui citado por ter cometido algo que tenha desonrado o meu mandato, o mandato da Casa, da Assembléia Legislativa, sobretudo jamais a minha família precisou envergonhar-se dos nossos atos dentro deste Poder.

Agora, aquisição feita, o Governo do Estado comprou um bilhão e meio de títulos a receber, que o Banco do Estado possui por um 1.635.000 milhões. Ou seja, 135 milhões a mais do valor de face. Sabe onde estão esses títulos? Na carteira de fomento do Banco do Estado do Paraná. A Assembléia Legislativa está vendo, que tipo de negócios estão fazendo com esse capital do Estado, que é do povo.

As causas da quebra do Banco foram frutos de um relato de 1.142 páginas, enviadas à Justiça Estadual e Federal. Essa CPI quando foi encerrada tivemos a honra de ter aqui altas autoridades, inclusive o Governador Roberto Requião, como reconhecimento de uma das poucas CPIs do país, que não virou pizza, que houve efetivamente um trabalho.

Quero neste instante me reportar ao Presidente Hermas Brandão, o 1º Secretário da Mesa Diretora, Nereu Moura e todos aqueles que dirigem esta Casa, que nunca me faltaram com a solidariedade. Com a disposição de funcionários para nos ajudar na grande tarefa. Mas devo dizer também que muitas vezes paguei auditores por hora, com dinheiro pessoal, para que fizessem um relatório competente, eficaz, que desse à Justiça a possibilidade de entrar com as ações civis e penais, enfim, as cabíveis. O relatório de 1.142 páginas, foi respaldado com oitenta mil páginas, oriundas do Fundo do Banco Central e das auditorias do Banco do Estado carimbadas uma a uma. Cada denúncia que lá existe no relatório existe também, um documento que suporta aquela denúncia. Foram mais de cem leis aprovadas. Uma inclusive que dei início foi aquela que extinguiu a aposentadoria dos Deputados. Um ledor engano.

Sinceramente, não é a aposentadoria de quatro, cinco, seis ou dez mil reais, aonde os outros setores têm, que vai fazer a diferença. O que vai fazer a diferença é o olho fechado, é o olho calado, é a ausência da falcatura que existe dentro do Poder Executivo e dentro da estrutura do Estado, dos baixos escalões, que quase sempre o governante não fica sabendo. É preciso que a Assembléia Legislativa audite, o Detran, a Copel, a Sanepar, as Universidades, todas as empresas de economia mista, ajudando o Poder Executivo. Esta é a grande função. Talvez por isso que eu nunca tenha me tornado nenhum adversário e nenhum inimigo do Governador Roberto Requião, porque ele sempre respeitou a prerrogativa do Parlamentar. E sempre que não enviei ao Ministério Público, enviei ao Palácio, para que ele tomasse conta, observasse por dentro daquilo que havia sido detectado.

Então, eu acho que o Parlamento Brasileiro precisa ter sua independência e certamente sua independência há de ser melhorada. Ministério da Agricultura, para isso também passa por uma reflexão maior daqueles que escrevem e daqueles que votam. Porque evidentemente existe uma velha frase: “cada povo tem o governo que merece”. E nós devemos ter consciência disso.

Nós temos que difundir, diariamente, na política dos bairros, na comunidade, na sociedade organizada, o que é bom na política, o que é justo na política. Mas, não é injustiçando cada vez mais os políticos que nós vamos chegar...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. passa a fazer uso da Liderança do PDT, por dez minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não é injustiçando os políticos, de forma geral, não pode ser assim. O respeito tem que existir, para ser respeitado. Nós não podemos aceitar que se jogue na vala comum todos os homens públicos. E aí eu vou declarar na questão da candidatura do Gustavo Fruet para Presidente da Câmara Federal. Queira Deus que Gustavo Fruet seja eleito. Será um Presidente independente. E aí as questões serão tratadas de forma decente. Porque não é possível dizer o seguinte: “eu não posso ir contra dois filhos” - me desculpe o Lula, nosso querido Presidente do Brasil - mas, espera aí, o Parlamento é um Poder independente. No momento em que ele é um filho, ele vai fazer o que o pai quer, porque o pai tem o dinheiro. Não é isso o que a sociedade precisa. A sociedade precisa do contraditório.

Concedo aparte, primeiramente, ao Deputado Jocelito Canto, e na sequência aos Deputados Elio e José Maria Ferreira.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Neivo, V. Exa. sabe que temos algumas diferenças. Ministério da Agricultura, eu tenho que elogiar V. Exa. pelo papel brilhante que fez como fiscalizador desta Casa. Eu jamais confundo um ato com outro ato. V. Exa. foi um grande investigador desta Casa. Mal entendido, mal compreendido e muitas vezes a imprensa não deu o devido respeito e os poderes constituídos neste Paraná não deram a devida importância às denúncias que V. Exa. fez e levantou, e que acaba de relatar. O que o senhor fala, aqui, é muito grave. O senhor fala, aqui, que o Paraná passa a ser quebrado a partir de 1990, o Banco do Estado. Esta é uma pergunta que eu sempre quis fazer: quando quebraram o Banestado? E V. Exa. disse agora que o Banestado começou a ser quebrado a partir de 1990, com o “Panela Cheia”, com o “Bom Emprego” e com empréstimos mal feitos, sem garantia, V. Exa. disse, aqui.

V. Exa. disse, ainda que muitos empresários que mandaram dinheiro para fora, através da lavanderia da CC5 do Banestado estão cercando o Poder, hoje. E isto é profundamente lamentável. Será que contribuíram para as campanhas eleitorais que acabam de ser anunciadas, aqui, e que terminaram? Será que estes criminosos que mandaram dinheiro ao exterior contribuíram para alguma campanha e ninguém tomou nenhuma providência? Alguém do Ministério Público fez alguma coisa nesse sentido, ou Ministério Público se presta apenas a querer cassar mandatos de pequenos Prefeitos com pequenos erros administrativos? V. Exa. falou também aqui que estão todos os nomes no livro daqueles que assaltaram o Paraná...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Quase todos.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Pois é, isso que eu ia perguntar a V. Exa. Faltou algum?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não deu tempo para concluir.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não deu tempo para todos. Eu gostaria de saber quem eram todos. V. Exa. falou de dinheiro, que são títulos que estão na carteira de fomento, que estão parados, que o Paraná comprou, e eu fico preocupado com isso. Mas eu fico mais preocupado Deputado Neivo Berardin, quando V. Exa., que é um dos mais importantes fiscalizadores desta Casa, diz que pediu providências, o senhor diz que detectou as coisas erradas, pediu providências, mandou documentos, e perguntaria a V. Exa.: teve respostas, houve prevaricação de alguém em relação a tudo isso que V. Exa. acaba de dizer? E o que mais me preocupa Deputado Neivo Berardin, o que mais me assusta em tudo isso, o senhor acaba de fazer denúncia aqui que o

Paraná deveria se chocar, o Banestado dá um prejuízo de mais de cinquenta milhões ao mês, não é por ano, é por mês, e vamos pagar, se não me falha a memória, dezesseis anos...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)
Março de 2029.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Até 2029, corrigido todo mês, vamos pagar essa conta, mais de cinquenta milhões vamos pagar. Quem é o responsável pela quebra desse Banco, quem é que quebrou esse Banco, vai se fazer alguma coisa, ou vão pagar apenas os pequenos, os gerentes dos bancos, vão pagar apenas os coitadinhos dos funcionários do banco, os tubarões não vão pagar? Onde estão quem governou, quem comandou esse Paraná, ninguém vai fazer nada? Mas Deputado Neivo Berardin, o que me assusta mais e que V. Exa. citou aí, e que diz 15 de dezembro essa Casa aprovou as contas do então Governador Jaime Lerner, as contas do Governador Jaime Lerner foram todas aprovadas, por unanimidade...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, sem o meu voto porque eu subi à tribuna e disse que não votaria.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

O Presidente Hermas Brandão disse a mim aqui, a não ser que tenha se equivocado, de que foi por unanimidade a votação no dia 15. Então, o Presidente errou, o Presidente disse para mim, está gravado, eu tenho o arquivo de tudo o que acontece aqui há muito tempo...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Um dia antes da votação eu subi à tribuna e relatei...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas no dia o senhor votou de que forma?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

No dia eu me retirei do Plenário porque fui atender um telefonema quando foram aprovadas todas as contas, assim como aconteceu as contas de 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, até hoje houve duas votações para aprovar as contas, duas votações e aprovamos dezesseis anos de Governo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para terminar. Então, o que me preocupa é isso, as contas foram aprovadas. Eu queria perguntar para o senhor, como eu disse para o senhor eu tenho um péssimo costume de gravar tudo o que acontece, quando o som vai aos gabinetes lá colocamos isso no computador e gravamos tudo o que acontece na Casa, há muito tempo, tudo, detalhe por detalhe. Isso vai ser muito importante na his-

tória do Paraná. Agora, Deputado, eu queria lhe fazer uma última pergunta, que o senhor com toda a sua inteligência, com tudo aquilo que o senhor estudou, aprofundou, o senhor responda ao povo do Paraná, eu fiquei preocupado quando o senhor disse assim: "Começaram a quebrar o Banco do Estado a partir do Panela Cheia, do Bom Emprego e de empréstimo mal colocado". Deputado Neivo Berardin, que Governo que quebrou o Banestado, Deputado? Diga para mim e para o Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Foi o Governo Jaime Lerner. O Governo Requião manteve o banco no equilíbrio, o Governo Álvaro Dias quando deixou em 90 o Poder, o Banco do Estado do Paraná era o sétimo Banco público do país. O banco tinha 1500 imóveis em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba; quatrocentas agências, quinhentos postos de atendimento, agência no Paraguai, em Nova York. O Banco tinha uma saúde financeira extraordinária.

Acontece que em 1997, na mudança do plano econômico, o Banco foi a redescoto. Ele pegava dinheiro da Caixa Econômica Federal. A Caixa cobrou juros extorsivos do Banco do Estado do Paraná. E hoje o Estado do Paraná tem mais de quatrocentos milhões de reais a receber da Caixa Econômica Federal.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Neivo, está retirando as palavras? Porque V. Exa. fez uma introdução dizendo que o Banco começou a quebrar a partir do Panela Cheia e do Bom Emprego?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, o Panela Cheia foi 52 milhões de prejuízo. O Banco não quebra com 52 milhões de dólares.

Queriu concluir que os créditos tributários que não foram pagos ao Estado do Paraná, porque duas empresas fajutas chamadas Banco Fator, que uma das Diretoras era a filha do Petraglia e que avaliou o banco a preço de banana. O Banco CCF que também avaliou o banco sequer tinha certidão negativa.

Então, o que o governo na época fez, contratou dois bancos fajutos para fazer a avaliação de todos os imóveis, patrimônio, história, tradição, marca que nos deixou com um rombo a ser pago.

Concluo dizendo: agradeço muito a Deus por me permitir conhecer com profundidade a administração pública deste Estado.

Sei que nenhum governante poderá ser perfeito. Mas entendo que, quando tivermos um Poder Legislativo fiscalizatório, que compartilhe do sofrimento da nossa população, que olhe a falta de produção, riquezas do nosso campo, sobretudo, no estado agrícola. Que sinta que estamos situados no grande mercado consumidor, que é passagem no Paraná. Com um grande porto, um aeroporto internacional, com toda estrutura estratégica que temos aqui poderíamos ter um estado mais produtivo.

Vamos juntos, Srs. Deputados, buscar empresas para que se instalem aqui no Paraná e gerem emprego e renda. Vamos profissionalizar o nosso trabalhador. Vamos investir mais na educação, nunca menos do que o nosso orçamento determina.

Quero dizer a vocês, se Deus permitir, um até logo!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo mais inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o Bloco PTB/PL/PRB. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Fiquei preocupado. O Neivo estava indo tão bem e, agora, esse “até logo” me judiou!

Não tem perigo não é Neivo?

Deputado Neivo, se V. Exa. tiver a satisfação de assumir o meu cargo vou ficar muito feliz, porque V. Exa. é uma grande Parlamentar. Eu não ficaria triste se V. Exa. assumisse, porque fez um grande trabalho neste Paraná. Sinceramente, agora, não é brincadeira. Vou ficar muito feliz...

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Jocelito, deixe-me fazer apenas um reparo.

(Assentimento)

Deputado Jocelito, eu sempre tive por V. Exa. um carinho especial, porque entendia que V. Exa. era uma pessoa que vinha de...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu não vinha, Deputado, eu venho!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. chegou em Ponta Grossa, tornou-se Prefeito, encontrou alguns problemas administrativos e tal, e fui conhecer a sua chácara, quando passou aquela chácara, na Rede Globo, dizendo que era uma mansão. Fui conhecer e, sinceramente, era uma casa de costaneira, quer dizer, ali era uma barbaridade.

Olha, V. Exa. há de compreender o seguinte: jamais serei eu que farei alguma coisa contra V. Exa., está bem?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas é que a Rede Globo batiza. Quando ela diz que é de luxo, o pessoal entende que é de luxo. A Rede Globo tem esse poder de transformar uma coisa simples em algo de ouro.

Sr. Presidente, hoje, quero me ater à questão de metrópole. O que é metrópole? O que é Região Metropolitana?

Metropolitana vem de metrópole, não é?

Não sou estudioso, aliás, fui um péssimo aluno de português. Algumas pessoas até pensam que eu falo bem, acho que é pela vivência do rádio, de vez em quando dou uns deslizes assim, mas não tenho formação portuguesa nenhuma. Sou um aprendiz do rádio. Escrevo pouco e falo bastante.

Fui pedir para minha assessoria buscar o que é “metrópole”, o que é “metropolitano” e de onde que vem “região metropolitana”. Encontrei algumas coisas que dão certo com Ponta Grossa, por exemplo, “metrópole” é um centro importante de civilização, lá tem muita gente civilizada, também tem uns lá que, de vez em quando, brigam um pouco, mas têm civilização.

Diz também, “empório comercial”. Daí eu queria saber o que é “empório”. “Empório” é uma praça comercial de grande importância. Ponta Grossa é. Não é?

“Empório” é uma grande cidade, uma cidade de grande comércio e mais: é um centro urbano que exerce uma forte influência econômica, social e administrativa sob as demais cidades da área. Então, tem três motivos para Ponta Grossa poder ser uma região metropolitana, se assim as autoridades desejarem. Econômica não precisa nem falar porque Ponta Grossa é a terceira cidade. É melhor que a sua Londrina, Deputado André Vargas. Sabia disso?

Sabia que Ponta Grossa é maior que Londrina? V. Exa. sabia disso? Não em população, é a que arrecada mais. Nós contribuímos mais com aquele bolo chamado ICMS. É a terceira cidade do Paraná. Então, economicamente, poderia ter a região metropolitana. Não vou mais falar na região metropolitana. Se o Governo quiser criar, cria, se não quiser não cria, ele é o Governador, é ele quem decide.

Deputado Artagão, eu vou usar o termo usado pelo Elio Rusch, que brincava no seu jeito alemão de falar. Deputado José Maria Ferreira, V. Exa. está se despedindo e o Parlamento perde um grande Parlamentar. V. Exa. sinceramente, é outro grande Parlamentar que estudou muito, trabalhou muito por esta Casa. Eu, vendo tudo isso aqui que o Deputado Neivo Beraldin falou, estou mais convicto que o Ministério Público do Paraná só serve para injustiçar os pequenos Prefeitos. Não serve para mais nada, Deputado José Maria. Só serve para atacar pequenos Prefeitos ou ex-Prefeitos como o Scarpellini acabou de falar aqui.

Veja o que o nosso Deputado Neivo Beraldin falou aqui. Estamos falando de bilhões. Isso é um roubo que foi feito neste Estado. Cadê o Ministério Público? Onde estava quando assaltaram este Estado? Este Estado foi assaltado. Acabei de ver aqui o Deputado Neivo Beraldin dizer que alguém mandou dinheiro vivo do Banestado para as Ilhas Caimãs, ele esteve lá verificando *in loco*.

Contribui para a campanha de alguns políticos! Isso é grave!

Por isso que alguns fazem grande quantidades de votos, porque Deputada Elza, V. Exa. não tinha recursos para a campanha. Porque os poucos recursos que V. Exa. deve ter conseguido de alguns amigos pessoais da senhora que não quiseram nada em troca.

E agora, o Paraná foi assaltado. Vejo hoje que alguns estão colocados em grandes cargos neste Estado dizendo: vamos executar aquele aquele, aquele e assim por diante. Onde estava o Ministério Público?

Deputado José Maria, V. Exa. deve fazer um pronunciamento hoje sobre a CPI do Paranaicidade que eu, V. Exa., o Deputado Artagão, fizemos uma CPI nesta Casa. E esta CPI como está? Alguém foi preso? Denunciado? V. Exa. mandou uma cópia para o Ministério Público. Zeloso como é, sei que mandou. Tenho certeza disso.

V. Exa. mandou sim. E cadê a ação? Contra quem?

Um milhão pagaram, se não me falha a memória, para o Oscar Niemeyer. Com todo o respeito que tenho por ele, senhor de quase cem anos, construiu Brasília. Mas, a lei é para o grande, para o tubarão, para o importante e para o pequeno. Se tivesse de licitar era para fazê-lo. Não importava se era o Papa, o Bispo ou Deus. Cadê as coisas que faltaram? O museu, aquele "olho mágico" bonito, mas como está hoje? Já passou, está tudo acabado, vamos cassar o Jocelito, depois o Carlos Simões na Casa do Povo. Depois o Belinati, esse povo, os agitadores, os populares, os populistas e vamos deixar os tubarões livres.

É isso que acontece.

Deputado José Maria, gostaria que V. Exa. fizesse um discurso aqui hoje. Acho que é o último dia. Apesar de que estou aqui até o dia trinta, fui convocado, estou à disposição. Queria ver V. Exa. cobrar providências do Ministério Público que pega os ex-Prefeitos e judia, por um policial que está cedido, quer cassar o mandato; E daí não abre uma ação contra pessoas que assaltam este Estado! Não aprovei as contas do Jaime Lerner em 2002. Eu estava na CPI escrevendo o relatório, não estava na Sessão. Foi o único dia que faltei. Aprovou-se as contas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa querida aqui presente e senhores da imprensa: como é que terminou esse Paranaicidade? Não teve nada, mas um dia vai ter.

Deputado José Maria, eu queria ouvir o seu pronunciamento, hoje, pelas minhas filhas. Ouvir o senhor falar se o Ministério Público fez alguma coisa. V. Exa. sabe o que tem por trás do Paranaicidade. Por favor, Deputado José Maria, tenho certeza que V. Exa. não vai faltar com esta Casa e vai contar o que aconteceu naquele Paranaicidade.

Estou com vários requerimentos e vou fazer mais um: pedir ao Ministério Público, para saber o que eles fizeram até agora com aquele documento que V. Exa. mandou. Deve estar em diligência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PPS.

(**Declina**).

PFL. Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, eu vim pedir um aparte ao Deputado Neivo Beraldin, porque sei que o tempo não o permitiu, mas apenas quis dizer ao Deputado Neivo, que tive o prazer e o privilégio de conviver com V. Exa. por dezesseis anos, aqui à Assembléia Legislativa. V. Exa. tem grande virtudes e qualidades, principalmente, no que se refere à parte técnica e de fiscalização, no que V. Exa. tem grandes méritos.

Há algumas coisas na vida, quando você se dedica em favor de apurar determinadas causas, que são apaixonantes. Inúmeras, muitas vezes, são apaixonantes. Quando você ouve o Deputado José Maria Ferreira falar sobre a questão tributária, uma pessoa que respeito e admiro por demais, com toda certeza, Deputado Neivo Beraldin e José Maria Ferreira, nós e o Paraná vamos sentir a ausência dos senhores, a partir do próximo ano. O Parlamento e o Paraná perdem dois grandes Parlamentares.

Por outro lado, quando os números também são apaixonantes, é importante que se diga a verdade e não meia verdade. Tudo isso que V. Exa. falou é verdade, mas V. Exa. esqueceu de falar que tem uma carta do Banco Central e que o Banestado no dia 1º de janeiro de 1995, quando fechava o Banco, ele recorria ao redesconto de setecentos milhões por dia.

O Deputado Jocelito Canto e V. Exa. também disse - cinquenta milhões não quebram o Banco. O Banco do Estado, Deputado Neivo, recorria diariamente, no início do Governo Jaime Lerner, ao resseguro interbancário para fechar o caixa, setecentos milhões por dia. O Banco Central, quando alertava - sei que alguns Deputados estão mexendo a cabeça, que é impossível - era real. É só ver no banco e perguntar. O Neivo deve ter todos os números e é só perguntar para ele. Não quis falar sobre isso

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Concede-me um aparte de trinta segundos?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sim, claro!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Então, veja! Em 96, teve 245 milhões de prejuízo o Banco do Estado. Em 97, quinhentos e poucos milhões de prejuízo para o Banco do Estado. Em 98, dois milhões e oitocentos milhões de reais. E aí em 99 idem, houve advertência e o conluio foi com o Banco do Estado...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pergunto a V. Exa: tinha setecentos milhões de furo diariamente para fechar o caixa ou não tinha? Tinha ou não tinha?

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

No início não. Em 95 não. Tinha a partir de 97 e aí sim...

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Ia no redesconto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

No redesconto. No redesconto, setecentos milhões diários. E esse não era o furo do Governo Jaime Lerner, não. Mas esse era o furo dos Governos passados. E quem era o Governo anterior ao Governo Jaime Lerner?

Roberto Requião. E por que não se fala isso?

Ora, todos nós sabemos a dívida. O Secretário Heron Arzua, a quem devoto o maior respeito e entendo que é um dos homens mais qualificados para ser Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, em uma ocasião quando veio aqui na Assembléia falar sobre a dívida, ele mesmo disse que os dois primeiros anos do Requião não havia pego nenhum empréstimo exterior e nem empréstimo interno e a dívida havia crescido. Mas é lógico que a dívida cresce! Pego a dívida interna ou externa do Brasil e quanto ela é hoje? E é consequência de quê?

Da dívida do passado.

Mas, eu disse que não iria falar sobre isso e que eu queria falar sobre outro assunto e aí peço a atenção da imprensa do Paraná. Fiz uma busca rápida no dia de ontem e anteontem sobre as leis que criam cargos no Governo do Estado, desde o primeiro Governo Requião, depois do Jaime Lerner e agora de novo do Requião. Pois bem, posso ter esquecido, posso ter não encontrado alguma lei, porque a busca foi muito rápida, junto com a nossa assessoria, e buscamos quantos cargos o Governador Roberto Requião criou neste último mandato.

Srs. Parlamentares, vejam o levantamento que fizemos e digo o número da lei e é importante que se diga que quando este Governo era Oposição ao Governo Jaime Lerner, as críticas que foram feitas quando se criaram os cargos em Comissão. Por isso digo que tem que tomar muito cuidado: quem é estilingue hoje, pode ser vitrine amanhã e quem é vitrine hoje, por ser estilingue no dia de amanhã.

Pois bem, cada vez que vinha uma das Mensagens do Governo do ex-Governador Jaime Lerner à Assembléia, os Deputados de Oposição na época, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que estava aqui na Assembléia, o Deputado Durval Amaral, o Deputado José Maria sabem como o Governador Jaime Lerner, na época, foi criticado - criam-se cargos demais. Então, pois bem! Requião foi eleito em 2002, imprensa do Paraná. No primeiro ano do Governo Roberto Requião, em 2003, criam-se 81 cargos em Comissão, conforme a Lei nº 14.054. No

mesmo ano, criam-se mais vinte cargos em Comissão, através da Lei nº 14.221. Em 2004, Lei nº 14.593, criam-se 22 cargos. Em 2005, criam-se mais 23 cargos, através da Lei nº 14.963. E em 2006, criam-se mais oitenta cargos através da Lei nº 15.168. E agora no primeiro ano do Governador Roberto Requião, criam-se mais 43 cargos. Totalizando, Srs. Deputados, nada mais, nada menos do que 269 cargos em comissão que nós levantamos. E não se extinguiu nenhum, Deputado Artagão. Agora, se pegarmos os 269 cargos em comissão criados pelo Governador Roberto Requião, extinguiu a Fundepar, o ISEP, o Decon, mas não extinguiu nenhum cargo. Eu não consegui levantar quantos cargos em comissão têm nessas três entidades. Deputado André Vargas, no mínimo uns duzentos cargos. Como você extinguiu essas entidades e você não extinguiu os cargos, são cargos que estão à disposição das Secretarias afins. Esses têm que ser somados aos 269 cargos.

Infelizmente, Deputado, eu não posso conceder aparte, mas era esse assunto que eu tinha que trazer à Assembléia hoje para que a imprensa que tem dado exatamente a cobertura às Sessões Extraordinárias aqui na Assembléia Legislativa, nestas duas semanas, semana passada e esta semana, eu fiz então questão de fazer ao menos um levantamento muito rápido. Não vou dizer que esses são os números, até pode existir mais. Mas, essas leis nós levantamos, essas existem. Esses cargos, com toda a certeza, foram então criados pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Isso é verdade.

Eu sei que sobre esse assunto, com toda a certeza, a partir de fevereiro ou março haveremos de falar muito sobre isso e outros assuntos também, mas como esse foi um projeto objeto da convocação, fiz questão, no encerramento deste período extraordinário, de trazer para os Srs. Parlamentares e também para a imprensa do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PT: com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ocupo o Horário da Liderança do PT, em função de um fato ocorrido no dia 27 de dezembro de 2006, aqui na cidade de Curitiba, inclusive os pais e familiares das pessoas que foram envolvidas estão aqui, as mães estão aqui também. O Roberto, que é Presidente do Sindiseab, já esteve algumas vezes aqui, alguns dos Srs. Deputados o conhecem, também está acompanhado. O Donizeti, que é da CUT e é uma das pessoas também vizinhas desses rapazes que têm socorrido, também está aqui.

Eu gostaria de ler uma carta aberta que foi feita e foi entregue hoje à Promotoria de Investigações Crimi-

nais, ao Ministério Público, ao Governador Roberto Requião, ao Vice-Governador Orlando Pessuti. Esta carta está sendo entregue também à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. Entrar em contato aqui com o Deputado Scarpellini, para que ele também, possivelmente, tome o conhecimento e veja as medidas necessárias, através da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Ontem conversei com o Deputado Luiz Carlos Martins, ele já é também detentor desta carta.

Eu vou fazer a leitura, Sr. Presidente Pedro Ivo, desta carta, porque me parece que a situação é bastante preocupante. Sem que isso signifique um prejuízo antecipado, mas alguns dos fatos que estão relatados aqui eu acredito que precisam ser urgentemente apurados, sob pena de que se nós não o fizermos tenhamos a preocupação que tarde demais se possa tomar uma iniciativa.

(Lê):

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES DO PARANÁ

REF: Liberdade e justiça para os três jovens presos arbitrária e injustamente, dia 27.12.06, no bairro Santa Cândida.

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

1 - Segundo informações veiculadas nos meios de comunicação, dia 27.12.06, aconteceu um assalto no Mercado Du Leo, localizado no bairro Santa Cândida - Vila Tingui - Curitiba, nas proximidades da rua Mascarenhas de Moraes e Jardim Glaser/Parque Atuba.

2 - Neste dia, por volta das 20h55, aconteceu a prisão dos jovens abaixo nominados e caracterizados:

a) **SILAS DE ALMEIDA** - 20 anos, morador do bairro Jardim Jalisco/Vila Guaracy - Colombo, desligado dia 21/12, por vontade própria do Sams Clube, onde exercia função de auxiliar de pereçois, em vias de iniciar atividade profissional no Positivo Informática, sem habilitação ou capacitação para dirigir automóveis;

b) **ÉDERSON DE MIRANDA ROSA DOS SANTOS** - 18 anos, morador no bairro Jardim Jalisco/Vila Guaracy - Colombo, recém alistado e dispensado no serviço militar, 2º grau completo, vestibulando, aprovado no vestibular da UFPR (1ª fase) e sem habilitação e capacitação para dirigir automóveis;

c) **GUSTAVO BRILHANTE MARTINS DE LARA** - 17 anos, morador do bairro Santa Cândida - Curitiba e estudante (1º grau).

- Informações adicionais relacionadas ao problema:

a) no momento da intensificação do fluxo de viaturas policiais na região, os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) estavam no Parque Atuba - Santa Cândida, praticando esportes/ginástica, de shorts, camiseta e chinelos havaiana (aparelhos próximos à fonte de água), desde às 18h00, fato confirmado por pessoas presentes (abordados por viatura policial) e da ciência de guardas municipais em serviço;

b) por volta das 20h55, segundo relato dos vizinhos, os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) foram abordados e presos, nas proximidades do Parque Atuba, no final da rua Maranhão, esquina com a rua Paraíba, no bairro Jardim Jalisco/Vila Guaracy - município de Colombo;

c) os três jovens presos (Silas, Éderson e Gustavo), e mais dois outros que com eles estavam no Parque Atuba, viram dois rapazes estranhos ao bairro, sem camisa, correndo e se escondendo no mato/monte de madeira, localizado nos fundos do depósito do antigo Banestado (de frente para o Parque Atuba);

b) os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo), quando contidos na viatura policial, ouviram no rádio a informação da prisão, em Colombo, de dois rapazes supostamente relacionados ao assalto ao Mercado du Leo;

e) no dia seguinte, dia 28/12, na Rádio Banda B, noticiou-se a morte de Altair José Rodrigues, oriundo de Guarapuava e morador na Vila Osternack, acusado de ter participado do assalto ao Mercado du Leo, porém sem quaisquer ligação/relações de conhecimento/amizade com os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo);

f) segundo os pais/familiares, a informação sobre a prisão dos três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) apenas foi obtida através de terceiros (colegas), sendo que um dos pais apenas soube do ocorrido no dia seguinte, por volta das 12 horas;

g) informação prestada pelos três jovens (Silas, Éderson e Gustavo), e confirmada por vizinhos ao local da prisão, dão conta que ficaram circulando na região dentro da viatura policial, das 20h55 (momento da prisão) até por volta das 24h00;

h) segundo relato dos três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) e vizinhos ao local da prisão, eles não foram tratados como simples "suspeitos", mas como "culpados", sendo agredidos a socos/tapas/pontapés, coagidos a confessar o que não fizeram, impedidos de comunicarem-se com seus pais/familiares, ameaçados de morte, levados ao local do assalto (após receberem spray de pimenta nos olhos), etc;

i) dois dos policiais que participaram da prisão dos três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) - (Sr. Matias e Sr. Moreski) são integrantes do Projeto Povo e atuam na região/bairro, conheciam muito bem e tinham contato cotidiano com os mesmos, bem como com alguns de seus familiares;

j) segundo informações colhidas posteriormente, o policial Luiz Carlos Anizio, morto no assalto ao Mercado du Leo (Santa Cândida/Vila Tingüi), prestava serviços de segurança no estabelecimento e foi atingido a "queima roupa" por disparos de arma de fogo, defronte ao dito mercado e não dentro do mesmo, tudo indicando que sua morte teve outra motivação/razão;

k) outra informação sobre o assalto ao mercado dá conta de que os supostos assaltantes evadiram-se do

local com veículo, porém os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) sequer sabem dirigir veículos motorizados.

3 - Por conhecem muito bem os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo), a comunidade local (amigos, colegas e vizinhos) recebeu a notícia da prisão deles - acusados de assalto a mão armada a um estabelecimento comercial - com perplexidade, sentimento de insegurança e indignação pela forma e modo como foram abordados e presos.

4 - Conhecendo os três jovens (Silas, Éderson e Gustavo), seus familiares e suas vidas pregressas (cotidiano), a comunidade local tem plena e absoluta consciência e convicção da inocência dos mesmos. Também é consenso entre todos que eles foram vítimas de arbitrariedade, de abuso do poder policial, de abrupto e injusto cerceamento à liberdade.

DE PEDIDO:

Assim, ante ao exposto e confiantes do papel do Estado de garantir os direitos de seus cidadãos e fazer justiça, solicitamos:

- a apuração dos fatos e acontecimentos sob a luz da justiça e do estado democrático de Direito;

- a liberdade imediata dos três jovens Silas de Almeida, Éderson de Miranda Rosa dos Santos e Gustavo Brilhante Martins de Lara, que foram arbitrária e injustamente presos no dia 27.12.06.

Para finalizar, com a plena e absoluta certeza da inocência dos três jovens, nos colocamos à disposição para maiores informações, ansiando por iniciativas e ações urgentes e concretas das autoridades constituídas do Paraná para que justiça seja feita e a liberdade aconteça para estes jovens cidadãos do Paraná.

Atenciosamente,

JOSÉ DONIZETTI VIANA

Coordenador do Movimento pela Libertação dos três jovens (Silas, Éderson e Gustavo) - Fone: 3232-4649 (CUT-PR) - 3663-7504 e 9917-8025

Wilson Aparecido de Almeida - pai do SILAS

Helena Costa de Miranda - mãe de ÉDERSON

Beatriz Aparecida de Lara - mãe de GUSTAVO

FOLHA DE LONDRINA, quinta-feira, 18.01.07.

Policial é morto a tiros em Curitiba

Homicídio de investigador do 1º DP aconteceu fora do horário de trabalho; é o terceiro policial assassinado em menos de um mês

Fábio Galão - Equipe da Folha

Curitiba - O policial civil Antônio Carlos de Oliveira, de 46 anos, foi morto a tiros anteontem à noite em Curitiba. Segundo informações da Polícia Civil, Oliveira estava fora do horário de trabalho e foi assassinado por dois homens que tomaram em assalto o carro dele, um Peugeot 206. A esposa do policial testemunhou o crime.

De acordo com Adolfo Rosevics Filho, superintendente do 1º Distrito Policial (DP) de Curitiba, Oliveira era investigador e estava na Polícia Civil do Paraná há cerca de dez anos. Há seis meses, ele começou a trabalhar no 1º DP.

Segundo Rosevics, a esposa de Oliveira relatou que ela e o marido estavam na região do Shopping Água Verde, por volta das 23 horas de terça-feira, quando foram abordados por dois homens armados. "Eles deram voz de assalto. Oliveira foi colocado no banco de trás do carro e a esposa, no banco do passageiro, na frente", explicou o superintendente.

"Os homens seguiram com o carro. Aí encontraram dentro do veículo uma identificação da Polícia Civil e descobriram que Oliveira era policial. Os criminosos e o investigador entraram em luta corporal. O policial foi morto a tiros. Segundo as primeiras informações da perícia, foi atingido por cinco ou seis disparos", disse Rosevics.

"O veículo bateu numa pilastra de concreto, no (bairro) Portão. Os homens deixaram o carro e fugiram a pé. Há informações de que haveria um veículo na cobertura dos criminosos, mas isso não foi confirmado ainda", afirmou o superintendente. Segundo Rosevics, a esposa do policial não sofreu ferimentos.

Ontem, policiais de várias delegacias de Curitiba estavam investigando o crime. Até a tarde, nenhum suspeito do assassinato havia sido preso. "Cogitamos várias possibilidades, mas preferimos não informar", disse o superintendente. "Vamos trabalhar incansavelmente até solucionar esse caso. No Paraná, ninguém mata policial e fica impune."

É a terceira morte de um policial fora do horário de trabalho na região de Curitiba em menos de um mês. No final de dezembro, o soldado da Polícia Militar Luiz Carlos Anísio, 32 anos, estava em um mercado no bairro Atuba, em Curitiba, e tentou evitar um assalto. Na troca de tiros, o PM foi ferido no pescoço e morreu.

Também no final de dezembro em Colombo, o soldado Lázaro Lima, de 33 anos, estava em um bar no bairro Campo Alto quando duas gangues rivais começaram a se enfrentar. O PM tentou impedir a briga e foi morto a tiros.

À Coluna "Cartas" - Jornal Folha de Londrina
Curitiba, 19.01.07, às 16h25

Jovens presos dia 27, em Curitiba (Santa Cândida), são inocentes!

Todos os dias, os jornais, rádios e TVs anunciam a prisão e bandidos de todos os tipos. No entanto é preciso que se tenha em conta que, alguns casos podem ser equívocos/enganos do aparato segurança pública (polícia militar e civil). Quando ocorrem apenas prisões menos mal, já que ainda é possível a reparação dos possíveis erros, pior quando acontecem mortes de "supostos bandidos", que podem ser apenas de inocentes, aí o mal é irreparável.

Nesses dias de tanta violência urbana para a opinião pública todo morto em confronto ou na ação policial, é bandido, ou seja, o julgamento é sumário. Este, parece ser o senso comum! Porém, sabemos que não é bem assim, pois há casos de simples suspeitos e de qual-

quer modo há que preservar-se e garantir-se o direito à defesa e ao julgamento justo.

Antes que alguém acuse-me de defender bandidos, que fique claro: estou do lado da justiça, doa a quem doer, inclusive para a punição dos maus policiais. Aliás, neste contexto o que precisa-se no estado democrático de direito, é garantir que a justiça seja rápida, imparcial e tenha caráter corretivo (inibidora de todos os tipos de transgressões).

No jornal Folha de Londrina, dia 18.01.06, página 3, em matéria sob título “Policial é morto a tiros em Curitiba” e com sub-título “Homicídio de investigador do 1º DP aconteceu fora do horário de trabalho: é o terceiro policial assassinado em menos de um mês”, no final é feita referência sobre morte de um policial em assalto a mercado no bairro Atuba.

A título de exemplo do que falo acima, neste episódio foram presos três (3) jovens, de 17, 18 e 20 anos, que no entardecer do dia 27/12, dia do fatídico evento, estavam transitando no Parque Atuba - Bairro Santa Cândida, se shorts, camiseta e chinelo de dedo.

Estes três jovens, moradores nos bairros Santa Cândida (Curitiba) e Jardim Jalisco/Vila Guaracy (Colombo), foram abordados intempestivamente e presos nas cercanias do Parque Atuba (Curitiba), acusados sem quaisquer provas de terem participação no “suposto” assalto ao mercado localizado no Bairro Santa Cândida - Vila Tinguí (e não no Atuba, conforme informa a matéria acima referida), que resultou na morte de um policial militar.

Vale dizer que, das informações que correm na região, dois outros jovens foram presos (onde estarão?) e teria sido morto um outro jovem de nome Altair (sem quaisquer ligação com os outros três jovens!), com “suposta” ligação com o referido evento policial (qual a verdade dos fatos?).

Permito-me dar este testemunho, pois sou morador nesta região e os conheço, assim como a seus pais/famílias. Também informo que até esse dia 19/01, encontram-se presos em três (3) delegacias de Curitiba, sem que possam conversar aberta e livremente com seus pais e terem direito a defender-se!

Assim, finalizo clamando: liberdade e justiça para os três jovens presos injustamente, dia 27/12, no Santa Cândida, em Curitiba!

Roberto de Andrade Silva - rua Dr. Manoel Pedro, 729 - 0xx41-3313-4132 - servidor público estadual, Curitiba-Paraná. RG 5.404.307-4 (PR) e -mail: andrades@pr.gov.br.

Esta é a carta, que está sendo entregue. E tanto eu quanto a Deputada Elza, como o Deputado Luiz Carlos Martins que nós já contatamos, gostaríamos, Deputado Scarpellini que já tomou conhecimento, que nós pudéssemos ter uma ação da Assembleia Legislativa porque os três jovens independente de terem ou não culpa, porque acho que esta é uma outra situação, não vamos fazer esse juízo, mas independente disso estão presos em delegacias diferentes e inclusive sendo acusados de outros crimes,

que estão sendo apurados. Um deles, Deputado Natálio Stica, ocorrido em Rio Negro.

Gostaria de passar para a Deputada Elza Correia e depois para o Deputado Luiz Carlos Martins para que pudéssemos fazer minimamente esse debate.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Tadeu Veneri, a Deputada Elza solicitou o horário do PMDB.

O Sr. **Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)**

Quero fazer um apelo ao Líder do Governo Deputado Dobrandino, ele que é pai, ele que tem netos, essa tem que ser uma decisão de Governo o mais rápido possível, uma atitude. Porque com certeza se o Governador Requião mandar verificar ele vai ver que está sendo cometida uma injustiça com esses três jovens. E tenho certeza da sensibilidade do Deputado Dobrandino, porque ele vai levar até o Governador e vai ser uma decisão do Governador com certeza, para que amanhã isso não seja manchete dos jornais nacionais, da TV e do rádio em todo Brasil.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Martins.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo o minuto que o senhor me concedeu. E obviamente que a Deputada Elza Correia, que inclusive já foi solidária às mães que estão aqui. Inclusive a Deputada Elza Correia como mãe, como mulher, nós todos temos a preocupação de que as coisas sejam apuradas dentro daquilo que a lei determina. Todos nós, independente de termos ou não termos filhos, sabemos que as coisas podem acontecer muitas vezes de forma intempestiva e fatos como esse temos que acompanhar, porque depois de trinta dias continuamos tendo as pessoas presas sem ter uma clareza do que está acontecendo é muito perigoso para o estado de direito. É muito perigoso para o estado de direito, independente das consequências dos familiares. Então, reforço o pedido feito ao Deputado Dobrandino, que tenho certeza tem a sensibilidade para que possamos apurar situações. E obviamente conhecendo, como conheço o Governador Requião tenho certeza que o Governador Requião não ficará insensível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra no Horário da Liderança do PMDB para a Sra. Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Queria me solidarizar a essa questão. Já falei inclusive com a Beatriz Aparecida Lara, que é a mãe do Gustavo e também falei com a mãe do Silas.

Não falei ainda com a Helena, mãe do Éderson, mas que está aí também.

Logicamente, como disse o Deputado Tadeu Veneri, nós não queremos antecipar nenhum juízo em relação ao que aconteceu, mas temos a obrigação política de colocar aqui desta tribuna, que essa não é a orientação do Governador Roberto Requião. O Projeto Povo foi criado exatamente para que a política tivesse uma interlocução com a população do bairro, que humanizasse as relações com a comunidade e que portanto, o que aconteceu com esses três meninos vai em desacordo do que é preconizado, colocado e exigido pelo Governador Roberto Requião. Tenho certeza absoluta que ele não sabe desse fato.

Pela descrição dos documentos que foram entregues aqui, houve abuso de poder. O Deputado José Domingos Scarpellini que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos vai fazer uma reunião amanhã, vai aprofundar-se nessa questão, mas, trinta dias depois, um menino que é pego no seu bairro - aqui têm várias assinaturas atestando a idoneidade e a responsabilidade desses meninos - um deles, o Éderson, perde a oportunidade de fazer a segunda fase do vestibular. Ele passou na primeira fase, foi impedido em função da sua prisão. Os demais meninos, tanto o Gustavo como o Silas, pelo que está colocado nessa Carta Aberta, atestada pela comunidade, eram meninos conhecidos pela comunidade e que contraria absolutamente o que está sendo colocado pela Polícia Militar.

Eu sou do Governo, sou da base de sustentação de apoio ao Governo com muita honra, mas as coisas são absolutamente separadas. Não podemos permitir esse tipo de arbitrariedade. Temos aqui o número dos protocolos, dos documentos que foram entregues ao Dr. Jair, Secretário de Justiça e Cidadania, ao Comandante Xavier e também ao Dr. Delazari e ao Governador Requião e com esses protocolos eu quero ser incluída nesse grupo de averiguação, porque se foi cometido realmente, algum tipo de arbitrariedade, eu conheço o Governador Requião, isso não vai passar impunemente. Um mês depois, um menino preso nessas circunstâncias, três meninos. Um, a mãe ainda não conseguiu falar nenhum minuto com ele, ainda não sabe o que está acontecendo.

Então, subo a essa tribuna para me solidarizar às mães. Mesmo se eu não fosse mãe como sou, de dois jovens, mas mesmo não sendo, como obrigação de Parlamentar, como obrigação da cidadã, como obrigação de mulher, de mãe de família, é inaceitável que um mês depois, que vir aqui à Assembléia Legislativa fazer esse questionamento, porque as mães estão sem resposta dos Poderes constituídos. Reafirmando: esta não é a orientação do Governo Roberto Requião e se houve abuso de poder, tenho certeza absoluta que isso vai ser investigado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte, Deputada?
(Assentimento)

Atendendo apelo dos Deputados Luiz Carlos Martins e Tadeu Veneri, vou conversar com o Governador. Claro! É um caso realmente grave e o Governador, com toda sensibilidade que tem e com toda responsabilidade que lhe é peculiar, ele vai chamar à responsabilidade os Delegados, para que apurem o mais rápido possível. O Governador não tem autoridade para mandar soltar, mas faz uma revisão, se há injustiça por parte da polícia e que seja corrigido o mais rápido possível.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Justamente. É essa a fala do nosso Líder do Governo na Casa. É a nossa fala, a minha fala também. Tenho certeza absoluta, porque acompanhei muito de perto a constituição do Projeto Povo. Sei qual é a concepção dos policiais desse projeto e sei também qual é a orientação do Governo em relação à Polícia Militar e Polícia Civil e essa questão da arbitrariedade como está colocada nesse documento, tenho certeza que vai ser averiguada, investigada e eventualmente os culpados serão punidos. Eu quero me somar aos companheiros que já se manifestaram, porque nós não podemos aceitar em hipótese nenhuma, esse tipo de violação dos direitos da pessoa humana. Contem comigo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu só queria consultar V. Exa. Vamos ter uma Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Teremos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria me inscrever no Grande Expediente, da Sessão Extraordinária se assim o Regimento Interno permitir, porque tenho um assunto muito polêmico para falar numa segunda Sessão, se assim for permitido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. já está inscrito.

Liderança do PSDB. Liderança da Oposição, Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança da Oposição: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu gostaria nessa oportunidade, nós vamos falar depois sobre essa inspeção que nós vamos fazer Deputado Dobrandino, nas delegacias, amanhã, porque nós vamos Deputado Tadeu Veneri, juntamente com o Secretário da Comissão, Osni Calixto, a Deputada Elza Correia poderia fazer parte dessa comitiva, irmos às delegacias para conversarmos com os três supostos réus para a partir dali, então, nós fazemos um expediente já formalizando tudo que houve de abuso de autoridade, de abuso de poder,

para que então, tanto o Tribunal de Justiça possa julgar um *habeas corpus*, no caso, e se for o caso também, de um pedido oriundo das próprias delegacias através dos seus delegados, por uma orientação do Sr. Governador do Estado do Paraná. Porque eu acredito que ninguém vai querer que três jovens venham a ser condenados ou que fiquem injustiçados até a data do seu julgamento, presos, recolhidos, como se culpados fossem por um crime que ainda não tem a nota de culpa e nem a formação dela e o julgamento final.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Eu agradeço o aparte, Deputado Scarpellini e tenho certeza que V. Exa. à frente da Comissão dos Direitos Humanos nessa Casa, com o apoio do Deputado Dobrandino, Deputado Veneri, Deputado Luiz Carlos Martins e a Deputada Elza podem reverter rapidamente essa situação. Porque é necessário que isso ocorra serenamente, porque nós sabemos o prejuízo que é para qualquer jovem ficar muitas vezes com marginais perigosos e tudo o mais.

Mas, eu queria aproveitar e pedir a V. Exa. e ao Deputado Dobrandino que pedisse ao Governo, um interesse especial por parte do Ministério Público, por parte do Governo do Estado na apuração de alguns companheiros que foram mortos há algum tempo e que até hoje, estão sem solução. É o caso do “Donha”. Luiz Carlos Martins, seu companheiro, saudoso amigo, que falecido em Almirante Tamandaré, morto, brutalmente assassinado. É o caso, lá de Mariluz, do Vice-Prefeito, e do nosso Presidente do PPS, de Mariluz, que até hoje foram crimes que também apesar de já ter até o criminoso apontado continuam sem haver o julgamento.

Gostaria de pedir que V. Exa. também incluísse esses casos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Encaminharemos esse pedido também para a responsabilização e a apuração. No caso especial desses jovens, eu gostaria de falar porque a polícia muitas vezes na vontade de mostrar serviço e de mostrar competência termina arrumando sempre culpado e responsabilizando pessoas inocentes, trocando muitas vezes os verdadeiros criminosos por pessoas inocentes, para mostrar para a comunidade e para os seus subalternos e para os seus superiores, que eles podem e fazem e estão trabalhando para o bem da comunidade. Nesse momento que equivocadamente fazem isso ao invés de estarem prestando um serviço à sociedade, estão prestando um desserviço mostrando com isso que o abuso da autoridade e o abuso de poder, realmente faz parte da formação das nossas corporações.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos encerrando nosso período aqui na Assembléia e eu não poderia deixar de nesta hora prestar um agradecimento aos Diretores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao Diretor de Plenário, Mário Cruz; ao Diretor

Legislativo, Dr. Severo Sottomaior; ao Diretor Técnico, Francheski; ao Diretor Administrativo, José Nassif; ao Diretor de Serviços Especiais, Dr. Davi Campos; ao Diretor de Divulgação, Rafael de Lala; ao Diretor de Pessoal, Cláudio Marques da Silva, o Claudinho; ao Coordenador da Gráfica, Luiz Carlos Monteiro; ao Procurador Geral da Assembléia, Dr. Ayrton Loyola, que é uma grande bandeira que temos dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; ao Procurador da Presidência, José Guilherme Filgueira; *in memoriam*, também prestar uma homenagem ao Luiz Carlos Molinari; e ao nosso sempre Diretor Geral, Dr. Abib Miguel, o Bibinho, que é uma pessoa querida, que tem um trabalho relevante prestado à Assembléia Legislativa e aos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Apenas para me somar a estes cumprimentos que V. Exa. faz a estes Diretores, aos funcionários da Casa. Quero me somar a V. Exa., porque eles merecem nossas homenagens.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço às palavras do Deputado Neivo Beraldin.

Quero também agradecer ao Cerimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o corpo que compõe o Cerimonial, de um modo geral a todos os funcionários da Assembléia. Não poderia deixar de falar do Diretor Financeiro, Willian Romanzini, que certamente será uma das pessoas que mais vamos sentir saudades, depois que sairmos daqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E a todos os funcionários, de modo geral, à imprensa, que sempre nos atendeu respeitosa e bem e a todos aqueles que aqui convivem com os Srs. Deputados, que aqui estão, aos funcionários, nossos grandes prestadores de serviço que estão aqui sempre a nos atender, nosso muito obrigado.

Amanhã nós vamos às delegacias e às cadeias onde estão estes jovens para podermos fazer esta vistoria *in loco*, para podermos elaborar um documento pedindo justiça ao caso.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado, primeiramente dizer que V. Exa. foi sempre motivo de orgulho para todos nós pela sua persistência, pela sua trajetória, pela sua contundência, pela sua linha, pela sua coerência. Isto, realmente é de grande valor e que fiquem estas coisas boas de V. Exa., para todos nós.

Gostaria, ainda, a respeito dos três meninos do bairro Santa Cândida, lembrar o seguinte: veja onde há ausência do Estado, o que pode acontecer. Tivemos o episódio de Itaperuçu, onde a cidade foi praticamente destruída. Hoje, nós tivemos os episódios todos na Fazenda Rio Grande. A Fazenda Rio Grande está dilacerada, trânsito parado na BR, é o povo na rua, quebrando, colocando

fogo em viatura da polícia, um verdadeiro caos na Fazenda Rio Grande. É claro que os amigos, os admiradores destes três meninos, os familiares, não vão partir para isso. Mas, fica como aviso. Senão daqui a pouco vão culpar estes três meninos por aquilo que aconteceu em Itaperuçu e pelo que aconteceu hoje na Fazenda Rio Grande. Isto é perigoso. Mas, nós acreditamos, através da Liderança do Governo, do Deputado Dobrandino e do apelo que V. Exa. faz e também do Deputado Tadeu Venieri, que o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, vai falar com o Governador e o Governo vai ter uma atitude em relação a esses três meninos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu quero na conclusão das minhas palavras dizer o seguinte: nós ainda temos alguns dias para podermos elaborar esses documentos, vamos começar amanhã fazendo as visitas. Então, nós temos quinta, sexta, sábado, domingo, segunda, terça e quarta-feira, mas vamos preparar esse documento para até no máximo sexta-feira fazê-lo chegar às mãos do Ministério Público, da imprensa e do Sr. Governador do Estado. A justiça, tarda mas não falha, ela vai chegar e nós vamos procurar sintetizar ao máximo aquilo que vamos encontrar de provas e elementos capazes de fazer com que a verdade prevaleça. Não poderia também deixar, Deputado Luiz Carlos Martins, de prestar aqui, de falar sobre o trabalho que a Assembléia Legislativa recebe dos seus seguranças que aqui estão sempre dispostos a nos dar a garantia e a tranquilidade na Assembléia Legislativa do Paraná, bem como também do nosso sempre amigo e Diretor Luciano Lacerda, que é o Doutor Luciano, que está sempre presente em todos os atos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então eu deixo aqui o meu agradecimento a todos, às taquígrafas, a todos os funcionários de modo geral, ao corpo de assessoria que trabalha nos gabinetes com os Srs. Deputados, e esperamos que na próxima legislatura a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná possa desenvolver um bom trabalho, um bom papel e cumprir com aquilo que constitucionalmente lhe é reservado pelo padrão de trabalho que a Assembléia sempre buscou e sempre alcançou ter aqui no Estado do Paraná.

Portanto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do Governo. Deputado José Maria Ferreira.

Liderança do Governo: Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero agradecer o espaço cedido pelo Líder do Governo, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva. E em primeiro lugar nos solidarizarmos com as famílias desses três jovens da

situação em que vivem. Evidentemente que a colocação do Deputado Dobrandino foi sensata, o Governador não tem como ir lá e determinar a soltura desses jovens, mas tem sim, de forma administrativa, determinar à Secretaria de Segurança e ao Delegado Geral da Polícia do Estado do Paraná que proceda a imediata elucidação dos fatos para que a justiça possa ser feita, e eu tenho certeza que nesta condição o Governador atuará para que a situação possa ser resolvida o mais breve possível. E aqui também fica a minha solidariedade em relação as famílias.

Quero aqui, uso a tribuna mais em função, impedido que fui pelo Deputado Jocelito Canto com respeito a questão da CPI do Paracidade, mas antes gostaria de fazer uma breve consideração ao Deputado Neivo Beraldin que fez aqui o seu pronunciamento. E não tenha dúvidas, o parlamento precisa, necessita, é uma das suas funções primordiais a fiscalização, o acompanhamento, isso o Deputado Neivo Beraldin quando presidiu CPIs, quando presidiu Comissões Permanentes nesta Casa o fez com muita firmeza e com muito empenho; e por isso ele, com certeza, representava para todos nós uma pessoa, um Parlamentar envolvido e preocupado com a questão da fiscalização, da prestação de contas, do orçamento, ele acompanhava isso bem de perto. E o seu mandato, pode ter certeza, Deputado Neivo Beraldin, os seus amigos, os seus familiares se orgulham do trabalho que fez aqui nesta Casa nos últimos anos.

O Banestado era um instrumento extremamente valioso na mão do Estado, especialmente na mão de um Governo sério, firme e com objetivos de colocá-lo a disposição do desenvolvimento do Estado do Paraná. Como tem Rio Grande do Sul e que não foi ainda incorporado pelo Banco Central e nem foi privatizado. Como tem o Ceará. São instrumentos eficientes e poderosos na execução do desenvolvimento social do Estado.

Perdemos um instrumento valioso. Conheço a carta do dia 29 de dezembro de 1994, onde o Banco Central solicitava um posicionamento do Governo eleito, mas não empossado. Conheço também a correspondência do governo já empossado da data 3 de janeiro de 1995, se não me falha a memória, em que o Governo da época dizia que o Banestado tinha sim algumas dificuldades, mas que seriam contornáveis com ações administrativas. E que o governo Jaime Lerner já tinha as medidas e as ações prontas para serem implementadas. Era na época o Secretário do Planejamento Miguel Salomão, oriundo do Banco Central, que depois ocupou a Secretaria da Fazenda e como Secretário da Fazenda era Presidente do Conselho de Administração do Banestado.

Tínhamos aí pessoas vinculadas ao Banco Central que tinham as condições de fazer a recuperação. Foi para o Banco o Sr. Luiz Antonio Faet. Tem também uma carta do final do ano de 1996 do então Presidente do Banco quando entregou o cargo, ele dizia já que o Banco estava recuperado. Que ele saiu de uma condição de ir ao redesconto de dois milhões de reais diários. O redesconto era

como o overnight. Esse era o furo de fluxo de caixa do Banco do Estado do Paraná.

Na sede da privatização do sistema financeiro é que foi o erro e a verdadeira quebradeira do Banestado. Aí esse Estado presenciou a farra da irresponsabilidade com patrimônio público do Estado. Esta é a minha visão.

Quando se fala em “Panela Cheia”, “Bom Emprego” esses deixaram sim e os fatos não negam, ônus ao Banestado, que depois o Tesouro assumiu como deixou o Badep. O Badep deixou um passivo para o Banestado e, depois, mais à frente, tornou-se até uma relação muito positiva que o Governo Lerner vendeu a carteira, alavancando um recurso e, inclusive, colocando dentro do Tesouro do Estado. Então, não foi de todo perdido.

Agora, com relação ao Panela Cheia e ao Bom Emprego foram 53 milhões de reais. Esses 53 milhões de reais não foram gastos, não foram torrados, não foram para a mídia, eles foram para o pequeno produtor que V. Exa. defende, para o pequeno granjeiro, para o agricultor do Vale do Ivaí, para pequena iniciativa da agricultura que, tomando recursos e vinculando a culturas, como milho e feijão, o Estado bancava e pagava uma parte.

Foi a vinculação do milho e feijão que deixou o extrato de um ônus patrimonial para 53 milhões, mas ali nós tivemos o desenvolvimento, nós tivemos a sustentabilidade garantida nas pequenas propriedades do nosso Estado; nós tivemos a família sendo viabilizada do ponto de vista da renda, da economia, no momento em que não tinha. Então, tem que se analisar isso de duas formas: ele podia ser um programa de incentivo de sustentação.

Deputado Jocelito, com relação ao que me fez vir a esta tribuna, com relação à CPI do Paranacidade, na qual tive o privilégio de fazer parte e, pela deferência dos meus companheiros, ser escolhido como Presidente, tendo como relator o Deputado Artagão, V. Exa. Deputado Jocelito, como membro, além dos Deputados Padre Paulo, Cida Borghetti, Elio Rusch e Duílio Genari.

Nós votamos na CPI o relatório final do Deputado Artagão Júnior, com relatório em separado com voto vencido do Deputado Elio Lino Rusch, que solicitou que lhe fosse apensado ao relatório para efeito de documento do Deputado Artagão Júnior. Nós esperamos, por algum tempo, que ele fosse submetido à aprovação do Plenário desta Casa. Reiteramos que fosse levado à votação e, como a Mesa não levou à votação, eu e o Deputado Artagão encaminhamos ao Ministério Público para que o mesmo se pronunciasse a respeito das denúncias do Olho, do Canal da Música, do Palácio das Artes, enfim, do que foi objeto daquela CPI, em especial da questão do Paranacidade.

Essa é a explicação que lhe devo, Deputado Jocelito Canto, enquanto ex-Presidente da CPI do Paranacidade. Agradeço ao Sr. Presidente Deputado Pedro Ivo pela tolerância do tempo e muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 052, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Caíto Quintana, Miltinho Pupio e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 24 de janeiro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 003/07, Projeto de Lei 004/07, de autoria do Poder Executivo. **Prejudicado.**

Requerimento nº 056, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de janeiro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 055, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só uma Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Por enquanto, estamos anunciando uma, Deputado Jocelito, mas serão feitas tantas quantas forem necessárias.

V. Exa. está inscrito para o Grande Expediente da próxima Sessão.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/07, que autoriza o Poder Executivo a promover os atos complementares que se fizerem necessários à efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Será feita a verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)
Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Será feita a chamada nominal.
Solicito ao 1º Secretário Elio Rusch para que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Elio Rusch**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Há quórum para o prosseguimento da Sessão.
Será feita a verificação de votação do item 01.
Os Srs. Deputados favoráveis, queiram levantar-se.
Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Pela Ordem, Sr. Presidente?
(**Assentimento**)
Para justificar o meu voto, porque levei um voto de repúdio de Bandeirantes. Eu queria que esta comunidade soubesse que votei a favor e quem sabe algum Vereador retire o voto de repúdio.

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 425/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/06, que altera as disposições da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Direitos e Garantias do Contribuinte - Secretaria da Fazenda). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, por unanimidade. (Publ. no DA nº 093/06, de 28.08.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 425/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem por escopo a alteração da Lei Complementar 107/05, que estabelece normas gerais sob direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

Constitucionalidade e Legalidade

A competência legislativa por parte do Estado acerca da tal matéria está de acordo com o que preceitua a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

No que tange a iniciativa legislativa, esta é legítima por parte do Poder Executivo, pois implica em atribuições da Secretaria da Fazenda e a outros órgãos vinculados ao Poder Executivo, como a Procuradoria Geral do Estado, que postula judicialmente por parte do Estado em face aos particulares inscritos na dívida ativa, seja a dívida de natureza tributária ou não.

Ademais, quem tem competência para criar a lei, tem também legitimidade para modificá-la, tal qual o caso presente.

Indo além, a Constituição Estadual, em relação à iniciativa privativa do Poder Executivo, dispõe da seguinte forma:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

No âmbito infraconstitucional, tal projeto de lei se encontra abarcado pela Lei de Execuções Fiscais (6.830/80) e pela Lei do Orçamento (4.320/64), e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, o nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado, de modo a suprir as imperfeições constantes no projeto inicial.

Sala das Comissões, em 23.01.06.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 425/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005.

I - O *caput* do artigo 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte regularmente inscrito, tais como a interdição

de estabelecimento, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

II - Os incisos IV e XI do artigo 15 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 15. São direitos do contribuinte:

IV - ter ciência formal da tramitação do processo administrativo-tributário, podendo, o advogado devidamente constituído ter vistas mediante carga no prazo de 05 (cinco) dias, obter cópias que requeira a serem fornecidas no mesmo prazo e conhecer formalmente as decisões nele proferidas.

XI - receber, no prazo definido na legislação, sendo omissa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resposta fundamentada a pleito formulado à administração fazendária, inclusive pedido de certidão negativa e nos casos em que a legislação exija prévia certificação dos lançamentos do contribuinte.

III - O parágrafo 3º do artigo 18 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio, desde que seja identificada a pessoa citada e que esta possua poderes de representação do sujeito passivo.

IV - O *caput* do artigo 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. A existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações, salvo vedação expressa nessa lei.

V - Fica acrescentado o parágrafo 2º ao artigo 21, passando o parágrafo único a vigorar como parágrafo 1º, com a seguinte redação:

§ 2º Serão cancelados os créditos tributários no caso do órgão julgador de segunda instância ter proferido decisão final e irreformável, por mais de uma vez, sobre a mesma matéria, de forma favorável ao mesmo sujeito passivo da obrigação tributária, comprovado por certidão do órgão.

VI - O *caput* do artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. A atuação do contribuinte, exceto no caso de infrações verificadas por ocasião do transporte de mercadorias ou de configuração instantânea, dependente da análise de sua defesa prévia, apresentada em 10 (dez) dias a contar da intimação.

VII - O *caput* do artigo 29 e seu parágrafo 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. O parcelamento do débito tributário faz com que o contribuinte retorne ao estado de adimplência,

inclusive para fins de obtenção de certidões com efeitos de negativa de débitos fiscais, desde que esteja em dia com pagamento das parcelas devidas.

§ 2º O não pagamento das parcelas no prazo e no valor avençados permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.

VIII - Ficam revogados os artigos 37 e 38.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 425/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 55/06, que visa corrigir conflitos de interpretação entre a Lei Complementar Estadual nº 107, de 11 de janeiro de 2005 e outras normas legais de cunho específico, objetiva alterar a redação dos artigos 11, 20 e 29, bem como revogar dispositivos expressamente mencionados, da referida Lei Complementar nº 107/05, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como, seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre medidas fiscais relativas ao ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/06, de 05/12/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 567/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por fim definir o conceito de operações, referentes a mercadorias, objetiva ainda cancelar créditos do mesmo imposto oriundos de eventuais estornos advindos de diferença de tributação na aquisição de produtos de cesta básica de alimentos. Por fim, almeja a convalidação de certos atos fiscais também ligados ao ICMS no Estado do Paraná.

Legalidade e Legitimidade

Exordialmente, faz-se imperiosa a aferição da legitimidade legislativa para tratar sobre o tema tributário. Acerca disto, calha, *ab initio*, consulta a Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu artigo 24 traz o seguinte comando:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Frente a isto, de logo denota-se a legitimidade do Estado, ente federado, para legislar sobre assunto que diga o respeito à seara tributária. Frise-se, entretanto, que o ente federado não poderá afrontar legislação de tope federal. Outrossim, cabe a cada Estado editar leis que tratem de temas específicos, esmiuçando o tema tributário, ao passo que à União Federal compete elaborar e promulgar normas gerais em matéria fiscal. O desrespeito desse mecanismo reveste-se de cabal inconstitucionalidade. Corroborando este entendimento está o artigo 146 de nossa Carta Maior, ora *in verbis*:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no artigo 155, II, das contribuições previstas no artigo 195, I e parágrafos 12 e 13, e da contribuição a que se refere o artigo 239.

Esta lei complementar, afora dúvidas, há de ser elaborada pelo Congresso Nacional, tendo assim eficácia sobre todo o território nacional.

Neste passo, para melhor entendermos essa aceção, salutar é dar-se atenção ao texto da Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 13 dispõe:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

§ 1º O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União.

§ 2º Inexistindo lei federal sobre as normas gerais, o Estado poderá exercer competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.

Posto isto, para remate do tema de legitimação, peremptoriamente deverá ser transcrito o artigo 53 da Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Face ao retro exposto, deduz-se que a legitimidade está em consonância. Repise-se no entanto, como idéia inicial que o Estado não pode legislar sobre tema já positivado pela União, no exercício do exposto no artigo 146 da Lei das leis, sob pecha de inconstitucionalidade.

Do artigo 1º do projeto original

O artigo do presente projeto busca definir operações de exportações de vendas de pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos, suas obras e artefatos de joalheria. O ICMS, tributo de competência estadual, tem seu arquétipo legal insculpido no artigo 155 da Constituição da República Federativa do Brasil. Apenas como exposição, transcreve-se:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. (grifos nossos).

O destaque é indispensável, por ser esse o tema da presente iniciativa legislativa, qual seja, operações que fazem circular mercadorias.

O projeto de lei apresentado, ao definir operações que destinam mercadorias para o exterior, busca enquadrar certa classe de contribuintes, precisamente pequenos comerciantes estabelecidos em portos e aeroportos. Isto porque, face tal qualificação, estarão os mesmos albergados pela imunidade tributária de ICMS na exportação de suas mercadorias. Em verdade, busca dar benefício fiscal a grupo assaz restrito de contribuintes.

Na mesma esteira, esta imunidade desejada já existe, inclusive no próprio texto constitucional, especificamente no artigo 155, parágrafo 2º. Senão vejamos:

§ 2º *O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:*

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

Deste modo, o projeto apresentado perde, de certo modo, em seu artigo 1º, seu objeto, pelo seguinte: **a uma:** porque já existe norma, de relevância suprema que dispõe sobre o tema; **a duas:** não cabe aos Estados a definição de operações, pelo fato de que este compõe o núcleo do critério material da regra matriz de incidência tributária, sendo porquanto, de competência do Congresso Nacional elaborar lei que esclare o conceito.

ROQUE ANTONIO CARRAZZA é incisivo ao asseverar que:

A imunidade em foco consagra o princípio do destino (também chamado princípio do país de destino), que regula, em matéria de tributos indiretos, as operações internacionais de bens e serviços. De acordo com este princípio, a transação internacional deve ser tributada apenas uma vez, no país importador, com a consequente exoneração das imposições sofridas no país de origem, justamente para que não haja “exportação de impostos”.¹

Além da Carta Maior, a Lei Complementar nº 87/96 já tratou do assunto, em seu artigo 3º, da seguinte forma:

Art. 3º O imposto não incide sobre:

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

Vale dizer que esta lei precedeu à Emenda Constitucional que elevou a regra constitucional a imunidade das exportações.

Pois bem, duas normas de maior colocação no sistema jurídico-legal pátrio já trataram do assunto. Vir nova lei estadual dispor uma vez mais sobre o assunto representa desrespeito ao Estado Constitucional de Direito, e mais, assume forma de verdadeiro desafio à estabilidade de todo sistema jurídico. Ademais, desrespeita a Lei Complementar nº 95/98, posto que uma nova lei, inclusive de hierarquia, dispõe sobre o mesmo objeto de lei complementar, de nível nacional. Novamente, portanto, há que ser rejeitado o projeto apresentado.

Superado este primitivo aspecto do artigo 1º passa-se a outro de absoluta importância, o afrontamento ao princípio da isonomia tributária. A uma primeira visão pode ser entendida que a imunidade, pano

de fundo claro do presente projeto, atingirá uma coletividade de contribuintes. Contudo, esta idéia de generalidade não resiste a uma análise fática quando aplicada ao Estado do Paraná. Isto porque o artigo 1º trata de estabelecimentos sediados em portos e aeroportos paranaenses. Ocorre que, a bem da verdade, esta situação alcançará tão somente os estabelecimentos sediados no Aeroporto Internacional Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais, por ser este o único perfeitamente enquadrado na definição constante na propositura legislativa. Os demais estabelecimentos não exportam, em primeira acepção, distanciando-se com isso da definição buscada.

Vale aclarar, nesta altura, que o porto (conceito trazido pelo projeto) de Paranaguá possui espaço apenas operacional e não comercial, não contando ainda com qualquer estabelecimento comercial apto a realizar as operações citadas no primeiro artigo. Este fato corrobora com a idéia de ausência de generalidade, pressuposto do conceito de imunidade tributária.

A imunidade tributária, como é cediço na doutrina, não serve para beneficiar individualidades, mas muito mais um aspecto geral, sendo instituído de aplicação generalista. Até porque, em apertada síntese, a Imunidade Tributária constitui limitação ao poder de tributar do Estado e visa proteger o interesse público e o bem comum da coletividade. A coletividade buscada, no simplório conceito descrito, não é beneficiada de modo algum, mas por via inversa, favorece classe deveras restrita de contribuintes.

Deste modo a imunidade, real fulcro desta lei, não pode ser concedida do modo exposto, **por ferir princípio constitucional**, dentre os quais o da isonomia. Este tem por desiderato tratar os iguais de modo equânime, mas de forma ampla, não específico, como na prática ocorrerá se este projeto prosperar. **A conclusão é de que não pode prosperar neste ponto específico, o projeto apresentado.**

O artigo 4º do projeto

Este artigo, por sua vez, que trata de convalidação dos atos fiscais praticados pelos contribuintes do ICMS sob a égide das Leis nºs 13.212 e 13.214 de 29 de junho de 2001. O que ocorre é que a Lei nº 15.352/06 já trata do tema constante do artigo 4º do presente projeto. Face a tal situação e em respeito a Lei Complementar 95/98, que trata do processo legislativo, é de se concluir que também não merece, neste aspecto, aprovação o presente projeto de lei do nobre Deputado.

Conclusão

Assim, em sede de análise prévia, diante das incongruências apresentadas no texto do projeto original, faz-se necessário a apresentação do substitutivo geral anexo, para que, assim possa prosperar respaldado pela legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

1. CARRAZZA, Roque Antonio. ICMS. 10 ed. São Paulo, Malheiros, 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 567/06

Art. 1º Acrescenta-se parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 14.985, de 06 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

Parágrafo único - O disposto no *caput* também se aplica à importação de bem ou mercadoria com certificação de origem de países da América Latina, cujo ingresso em território paranaense se dê por rodovia.”

Art. 2º O Poder Executivo cancelará eventuais créditos de ICMS relativos a estornos proporcionais decorrentes de diferença de tributação na aquisição de produtos da cesta básica de alimentos.

Parágrafo único. Fica atribuída à Secretaria de Estado da Fazenda a competência para determinar, de ofício, ou a requerimento do interessado, o cancelamento dos créditos tributários aludidos no *caput*, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.

Art. 3º Aplica-se o preceito do parágrafo 4º do artigo 2º da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, à pessoa jurídica que estiver em regime de concordata protocolada ou homologada até 31 de julho de 2006.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 567/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre medidas fiscais relativas ao ICMS (pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos etc).

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Objetiva estimular e ampliar outros campos da atividade econômica.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como, seu envio ao

douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 056-A, 057, 058, 059 e 061, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 060, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 004/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 425/06 e do Projeto de Lei nº 567/06.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para logo após o término da Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 098/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 425/06 e do Projeto de Lei nº 567/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Balancete Administrativo

Novembro/06

OFÍCIO Nº 038/06

Curitiba, 19 de dezembro de 2006.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de NOVEMBRO/06, conforme

relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/11/06
MÊS: Novembro	Exercício: 2006	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	18.300.000,00	199.200.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	18.300.000,00	199.200.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.400.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.400.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	18.300.000,00	200.600.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.686.506,87	5.188.215,05
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	1.686.506,87	5.188.215,05

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.686.506,87	5.188.215,05
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	19.135.631,18	10.719.466,93
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	19.135.631,18	10.719.466,93
TOTAL	39.122.138,05	216.507.681,98

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Novembro MÊS: Novembro	MÊS: Novembro Exercício: 2006	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/11/06
---	----------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	20.118.466,02	191.744.834,27
Pessoal e Encargos Sociais	17.736.542,18	164.111.620,84
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.381.923,84	27.633.213,43
DESPESAS DE CAPITAL	13.350,00	761.538,03
Investimentos	13.350,00	761.538,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	20.131.816,02	192.506.372,30
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	2.768.997,96
Pagamentos	0,00	2.768.997,96
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.777.649,65	4.019.639,34
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	1.777.649,65	4.019.639,34
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.777.649,65	6.788.637,30
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	17.212.672,38	17.212.672,38
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	17.212.672,38	17.212.672,38
TOTAL	39.122.138,05	216.507.681,98

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

